



1290000021



FE

TCC/UNICAMP C179L

ANGELA CARDOSO

**A LITERATURA COMO FONTE PARA A HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO DE GRACILIANO RAMOS
ATRAVÉS DA OBRA “INFÂNCIA”**

CAMPINAS, SP

1998

UNICAMP

BIBLIOTECA

Angela Cardoso

A LITERATURA COMO FONTE PARA A HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO: A EDUCAÇÃO DE GRACILIANO RAMOS
ATRAVÉS DA OBRA “INFÂNCIA”

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para o curso de Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar da Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Teresa Penteado Cartolano

Campinas, SP

1998

UNIDADE	FE
Nº CHAMADA:	YCC/UNICAMP
	C179L
V:.....EX:.....	
TOMBO:	21
PROC:	1247.2003
C:.....D:.....	X
PREÇO:	R\$ 11,00
DATA:	29.10.03
Nº CPD:	mls ad 2) 0925

**FICHA CATALOGRAFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

C179L Cardoso, Angela. A literatura como fonte para a história da educação : A educação de Graciliano Ramos através da obra "Infância" / Angela Cardoso. — Campinas, SP : [s. n.], 1998.

Orientador: Maria Teresa Penteado Cartolano.
Trabalho de conclusão de curso - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Ramos, Graciliano. 2. Literatura brasileira. 3. Educação - História. I. Cartolano, Maria Teresa Penteado. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

ORIENTADORA: Prof.^a Dra. Maria Teresa Penteadó Cartolano

Prof. Dr. Ezequiel Theodoro da Silva (2º leitor)

Para o amigo e companheiro

Carlos Augusto

Agradecimentos:

À Professora e amiga Maria Teresa Penteado Cartolano, por ter me aberto muitos caminhos.

Ao Carlos Augusto que me ajudou com a leitura, dicas preciosas e paciência durante o processo de elaboração da pesquisa.

À Maria Rosa, que me ajudou, entre outras coisas, a perceber os caminhos para a elaboração desta pesquisa

Aos amigos: Simone, Marco Aurélio, Rosinéia e Paulo que indiretamente colaboraram para a realização deste trabalho.

À amiga Lilian, companheira de curso que esteve sempre presente.

Ao amigo Cláudio que despendeu de seu tempo precioso para traçar os desenhos aqui contidos.

Às bibliotecárias do Instituto de Ensino da Linguagem e Faculdade de Educação que estavam sempre dispostas a ajudar.

Ao Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas na pessoa de D. Maria Luíza, pela ajuda e atenção dispensada

“(...) Em Graciliano Ramos, o menino Graciliano é tudo. Seus heróis são o menino, sua timidez é a do menino, seu pessimismo é o do menino, sua revolta é a do menino. Em uma palavra: o sentido que tem do humano é o que o menino adquiriu no contato com os homens que o cercavam, com quem travou as primeiras relações, de quem recebeu as primeiras ordens, que conheceu nas suas inúmeras fraquezas. Os homens, variações do homem - desse homem no qual o menino se transformou, contra quem lutou a vida inteira, mas que jamais conseguiu dominar inteiramente (...)”

OCTÁVIO DE FARIA

ÍNDICE

I- INTRODUÇÃO	8
II- OBJETIVO.....	9
III- METODOLOGIA	10
IV- FUNDAMENTAÇÃO.....	15
CONTEXTO	17
V- O MENINO RAMOS.....	23
A VIDA NA FAZENDA – BUIQUE-AL.....	24
RARO DIÁLOGO ENTRE MÃE E FILHO.....	37
O CASTIGO MODERADO	40
UM PROFESSOR IDEAL.....	41
AS CARTAS DE ABC	44
UMA IMAGEM DA ESCOLA.....	47
1886 – INÍCIO DA EDUCAÇÃO FORMAL.....	50
EDUCAÇÃO EM VIÇOSA.....	54
VI- ADOLESCENTE.....	59
VII- O JOVEM GRACILIANO.....	63
VIII- ADULTO.....	69
PREFEITO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS.....	72
A REVOLUÇÃO DE 30 E A IMPRENSA OFICIAL	76
DIRETOR DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE ALAGOAS	80
PRESO POLÍTICO.....	86
INSPETOR FEDERAL DE ENSINO SECUNDÁRIO	87
ÚLTIMOS ANOS.....	88
IX- CONCLUSÃO.....	89
BIBLIOGRAFIA.....	92

I- INTRODUÇÃO

Refletindo sobre a razão de ter procurado um tema na literatura, mais especificamente na vida e obra de Graciliano Ramos¹, para fazer esta pesquisa, mergulhei no período em que comecei a desvendar os “mistérios das letras”.

Na minha infância não tinha acesso a livros, revistas, jornais, quadrinhos ou qualquer outra coisa que fornecesse alguma informação. Ignorava a existência de bibliotecas públicas, livrarias e Universidades. Foi então que comecei um auto questionamento, pois questionar em família poderia provocar zombaria geral. Aquela situação me incomodava tanto que comecei a ler, lia tudo que via: panfletos, pedaços de jornal, quadrinhos velhos sem começo, meio ou fim jogados na rua, pedaços de revistas, até eu descobrir a biblioteca da escola. - Que coisa maravilhosa!! Aquilo era o paraíso e nunca mais saí de lá.

Vocês devem estar se perguntando o que isto tem a ver com a educação de Graciliano Ramos, na verdade tem a ver com a minha descoberta da literatura, dos autores brasileiros, descoberta do prazer de ler, descoberta do mundo, um mundo além das paredes da minha casa.

Ramos, na minha visão de criança, tinha uma linguagem que parecia ser direcionada a mim, ele descrevia o sertão com detalhes, porém não era como outros autores com os quais tomei contato por exigência da disciplina Língua Portuguesa. Importante salientar que quando digo que lia para a escola, o fazia por obrigação, e a obrigação me tirava um pouco o prazer.

¹ Graciliano Ramos nasceu na cidade de Quebrângulo, Alagoas, a 27 de outubro de 1892 e morreu no Rio de Janeiro, de câncer pulmonar, a 20 de março de 1953.

Procurei fazer este trabalho buscando o prazer e, através da leitura de Ramos, situar sua educação no contexto sócio-histórico e educacional da época em que ele foi alfabetizado.

Farei uma exploração na obra literária *Infância*², ressaltando os fatos, procurando pistas, buscando caminhos explícitos ou ocultos que proporcionem um estudo da educação escolar e familiar recebida por uma criança, que futuramente seria um mito literário, tanto pelo conjunto de sua obra, como também pelo modo tão particular de narrar, usando um vocabulário rico e sem máculas.

II- OBJETIVO

Temos em Ramos um homem de poucas palavras, rude, mordaz, negativista e arredio que estava a serviço de uma visão de mundo na maioria das vezes pessimista, crítica e sarcástica.

Conforme Garbuglio (1982), o lado ficcionista do autor procura misturar imaginação com fatos da experiência; já nas obras de memórias, recria e reinventa os fatos reais. Esse processo veio à tona em *Infância* que em determinados momentos torna tênue a fronteira entre a ficção e a história. Isto se deve, sobretudo, à sua maneira característica de reconstituir a realidade observada. Assim é que se percebe na ficção a realidade histórica; nas suas memórias o real vivido é temperado pela imaginação.

² RAMOS, *Infância*, São Paulo: Editora Record, [1945], 1993.

gênero está aparentemente ligado à cultura ocidental e marca seu início com “As confissões” de Rousseau³ (1782 – 1789) por volta de 1800.

A utilização desse gênero como fonte nos parece constituir um meio essencial de busca do contexto de uma época que não se limita à vida de um determinado indivíduo, e sim desse indivíduo inserido num contexto muito mais amplo que a vida nela mesma; trata-se do estudo de uma sociedade como um todo, pois esse indivíduo está inserido numa sociedade com suas crenças, seus costumes, sua cultura.

O cotidiano demonstra inúmeros elementos da cultura de uma determinada comunidade, portanto, através de narrativas que lançam primeiramente a memória como fonte de informações, há o resgate de experiências e concretiza-se a intenção de transmissão das mesmas. A busca das vivências do passado não se resume no objetivo de revivê-las, mas de oferecer subsídios pertinentes para sua análise, como também poder fazer relações com o presente. O resgate do esquecido pode ter grande valor para o aprofundamento da compreensão do passado e, porque não, do presente.

Através desse estudo de caso serão levantados os dados biográficos do autor, trazendo à tona sua vida e os fatos determinantes de sua formação. Esses fatos serão úteis porque compreendem, de certa forma, além da educação formal instituída na escola, a educação não formal que compreende valores, família e vida social.

Aos dados autobiográficos da obra *Infância*, serão acrescentadas informações sobre a vida e obra de Ramos, na visão de outros autores, com o intuito de complementar as informações da obra principal e enriquecer com outros elementos que, possivelmente colaborarão no sentido de desvendar a sua educação.

³ ROUSSEAU, Jean Jacques, filósofo e romancista suíço, nasceu em Genebra em 1712 e morreu em 1778. Foi um dos pensadores de maior influência da época contemporânea.

A história do Brasil, e nesta, a da Literatura são os ingredientes fundamentais na composição do trabalho sendo, por esse motivo, utilizadas como referência, entre outras, as obras de Basbaum e Bosi, não apenas como narração, mas principalmente como constatação de fatos do passado, não limitando assim o trabalho ao encadeamento cronológico dos mesmos, mas buscando as relações entre eles, a biografia e a autobiografia do autor.

Conforme Garbuglio, o **discurso literário**⁴ de *Infância* estriba-se no suporte do discurso histórico. Uma existência humana é memorada literariamente. *“A técnica expositiva e linguagem apresentadas têm semelhanças com a construção ficcional”* (Garbuglio, 1982, p. 62). Os processos e recursos literários adotados acompanham com uma certa analogia e paralelamente as distintas fases do desenvolvimento físico e mental da criança.

As condições do discurso autobiográfico são definidas logo na primeira linha do capítulo inicial, com a objetivação do relato memorialístico: *“A primeira coisa que guardei na memória...”* (Ramos, 1993, p. 7). Essa precisão textual é de suma importância porque acentua as condições precípua da narrativa autobiográfica. O emprego da primeira pessoa verbal, (eu “guardei”); que seja uma recordação de fatos passados (“guardei”), que essas lembranças sejam contadas numa determinada ordem (“a primeira coisa”); e que sejam definidas como memória e não ficção (“na memória”). Além disso, está configurado o nível narrativo que lhe é específico: a narração ulterior, no modo indicativo, evocando a existência de coisas passadas.

⁴ O termo análise do “discurso literário” está sendo utilizado dentro de uma perspectiva histórica mais ampla, ou seja, não se trata de uma análise pura e simples da linguagem utilizada pelo autor, mas de uma compreensão de sua obra a partir de um contexto social amplo expresso através dessa linguagem.

Sendo um adulto o narrador, que tem por objeto da narração uma vida infantil, sua relação com a história é confundida em determinados momentos.

A organicidade do discurso literário de *Infância* está estreitamente correlacionada à ordenação dos fatos da historicidade da criança, como se mencionava antes. Pode-se falar de uma correspondência das três fases apresentadas no discurso histórico; o discurso literário traduz uma ordenação dos dados literários, em contínuo aprofundamento, dentro do mesmo processo evolutivo:

- os que apresentam o protagonista no *despertar do conhecimento* da própria existência diante do mundo que o rodeia, como se fosse uma massa informe;

A criança começa a perceber o mundo que a rodeia, ainda sem condições de se comunicar com ele, constrói um mundo particular em que dialoga consigo. Em alguns momentos ouve e entende o que as pessoas dizem, porém não consegue responder: era difícil explicar-se, gaguejava, atrapalhava-se, embrutecido.

- os que o apresentam no discernimento inicial do mundo das pessoas, distinguindo-as pelas aparências e ações exteriores, além dos primeiros exercícios das *faculdades intelectuais*;

Nesse momento da narrativa observa-se uma criança atenta às diferenças entre as pessoas, percebe o humor do pai só de observar seu andar, ou através da entonação da voz. Descobre e aprende muitas coisas, dentre elas que o açude é o produto dos grandes buracos que foram feitos na estiagem, que o inferno não poderia existir porque não tinha nenhum testemunho.

- e os que o apresentam mais voltado para o *conhecimento de si mesmo* (quando surgem sobretudo os monólogos interiores), buscando a descoberta das faculdades físicas e intelectuais e, ao comparar-se com os outros, procurando compreender-se.

Quando ele adota modelos de vida, como o moleque José, alegre e esperto; como o soldado José da Luz, herói e amigo. Quando reconhece as suas limitações e as atribui, em parte, à educação recebida pelos pais.

É esse caráter de unicidade da obra que interessa salientar e para o qual nem sempre a crítica *graciliânica* atenta. Muitas vezes, a crítica se deixa enlevar pela estrutura independente de alguns capítulos, e a autonomia e unicidade do todo da obra é desprezada para destacar-se esse ou aquele capítulo. É sabida a maneira particular do escritor de dar forma literária à sua criação pela estrutura de contos. *Vidas Secas* e *Infância* foram seus exemplos maiores. Os outros romances não negam a maneira característica de apresentar as situações e personagens numa condensação de tempo, espaço e ações reduzidas.

O universo da infância torna-se refratário à uma realidade particular, histórica, e o universo da história real memorada reflete a problemática universal do caso singular. O crítico, Fernando Alves Cristóvão, define muito bem esta última condição quando se refere à obra *Infância*:

*“Talvez se possa mesmo dizer que o processo de elaboração de **Infância** é aquele que melhor traduz o jeito criador do seu autor; a obra foi concebida, logo de início, plural e una, dotada das características básicas e aparentemente antiéticas de todas as produções de Ramos: autonomia e independência. Cada capítulo vale por si, mas*

todos se ligam para construir um valor diferente".(Cristóvão, 1975, p. 144)

IV- FUNDAMENTAÇÃO

É preciso deixar claro, desde logo, que os problemas educacionais não podem ser compreendidos a não ser na medida em que são referidos ao contexto em que se situam. Educação será entendida, aqui, como um processo que se caracteriza por uma atividade mediadora no seio da prática social global. Tem-se, pois, como premissa básica que a educação está sempre subjacente a uma sociedade concreta, historicamente situada. *"para a qual as formas e os destinos da educação são comandados de maneira direta, e mais ou menos sincrônica, pelo jogo dos fatores ambientais"*(Saviani, 1991, p.119). Como atividade mediadora, a educação se situa em face das demais manifestações sociais em termos de ação recíproca. A fim de determinar o tipo de ação exercida pela educação sobre um indivíduo, bem como o tipo de ação que sofre das demais forças sociais é preciso examinar as manifestações fundamentais e derivadas, as contradições principais e secundárias.

Este trabalho foi baseado principalmente nos dados autobiográficos presentes em *Infância*, de Ramos e demonstra o exemplo de uma infância quase modelo que transparece numa geografia física e humana singular, ou seja, o nordeste brasileiro, um ambiente particular que se opõe à normalidade geral das infâncias vividas e que não pode ser considerada um tipo comum, mesmo em relação às camadas mais baixas da população da região nordestina.

A obra em questão traz de chofre o sofrimento de uma criança nascida no nordeste, região de singulares características ambientais, ou seja, apenas duas estações no ano: inverno marcado pelo frio e umidade do ar e o verão, marcado por períodos de grande estiagem resultando na morte dos animais e plantas e a quase extinção de água e alimento.

Os problemas regionais, a cultura, a sociedade, a economia, a política e a educação não são estanques, estão intrinsecamente ligadas umas às outras, ao mesmo tempo que compõem e influenciam na formação do autor, tornando a explicitação de sua vida educacional um todo conciso e interessante.

Nos quinze anos que lhe restavam para viver, Ramos optou pelo material da memória, evocando a infância, redigindo as recordações. A obra *Infância* conserva a tonalidade fictícia e faz da composição um revestimento poético da realidade, que despersonaliza o depoimento e o mergulha na fluidez da evocação infantil. Um dos aspectos mais belos é a progressiva descoberta do mundo, das pessoas, das coisas, do bem e do mal, da liberdade e da tirania das convenções, às quais se opõe, ou se adapta.

Em todas as obras de Ramos são notórias a correção da escrita, a suprema agressividade da linguagem, a segura da visão do mundo, a ausência de qualquer chantagem sentimental ou estilística, e o agudo pessimismo. De modo geral, há nelas uma característica interessante: à medida que os livros vão sendo escritos, vai se acentuando a necessidade de abastecer a imaginação no arsenal da memória, a ponto de o autor, a certa altura, largar de todo a ficção em prol das recordações, que o vinham invadindo de maneira imperiosa e urgente. E são essas recordações, desde a influência do meio e da família em sua formação, sua dolorosa vida escolar, o desenvolvimento lento do menino tímido e inseguro, que vão compor um rico material de análise.

Complementando o material colhido através de biografias e da sua autobiografia, foram utilizados textos de história e história da educação, para embasar os dados da vida do autor no contexto histórico e educacional da época, se entrelaçando de maneira a compor um material único.

Em vários momentos utilizarei algumas expressões consagradas pelo autor em sua obra, sendo que nesses casos não farei uso do recurso das aspas. Tal procedimento se fez necessário para poder manter a fidelidade de objetos e fatos inerentes à época e à região, por exemplo: vaso de louça vidrada, pitombas⁵, etc..

CONTEXTO

Três anos antes do nascimento do autor, em 1889, instaura-se a República no Brasil, nascida em um contexto de várias forças determinantes, dentre as quais podemos destacar a supressão do tráfico de escravos a que se viu sujeita a aristocracia açucareira, já em princípios de ruína, e a abolição da escravatura que teve como conseqüência a ascensão dos elementos capitalistas ou burgueses, na estrutura econômica do país.

A preocupação com a educação intensificara com a Independência do país, e a necessidade de uma maior participação dos brasileiros nas atividades do Império faz com que a atenção fosse voltada para o problema da Instrução Elementar.

⁵ Fruto da pitombeira, talisia esculenta. Árvore de frutos comestíveis; ocorre do Maranhão a São Paulo.

Entre 1822 e 1840, durante o primeiro Reinado e as Regências, são tomadas medidas de significativa importância em relação à educação, pois a situação era precária, diziam alguns representantes das províncias. Eles afirmavam que não havia escolas e ninguém queria ocupar a cadeira de primeiras letras devido à falta de pagamento. O termo “sacerdócio” foi ironicamente usado para essa profissão com intuito de demonstrar o grau de submissão daqueles que se resignavam a trabalhar quase que gratuitamente.

Em São Paulo havia algumas escolas elementares, mas os constituintes de 1823 concentravam-se na necessidade de criação de uma universidade, deixando o problema do ensino elementar de lado.

Durante o primeiro Reinado, são aprovadas duas leis referentes à instrução elementar que tiveram grande repercussão e importância no país: a primeira, de 1823 tornava a Instrução Elementar livre, sem o privilégio do Estado; foi estabelecida por Pombal e abriu caminho para a iniciativa privada; a segunda, de 1824, constando do texto constitucional em seu art. 179, estabelecia a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos.

A única Lei nacional relativa ao ensino elementar foi outorgada em 15 de outubro de 1827 e referia-se à distribuição racional, por todo o território nacional, das escolas de todos os níveis; dela vigorou apenas a distribuição de escolas de primeiras letras em todos os lugares mais populosos, vilas e cidades, as quais seriam mantidas pelo governo central, adotando-se o método *Lancaster* devido à insuficiência de professores.

Conforme Larroyo (1970, p. 370), o método lancasteriano é organizado de forma que os alunos de toda uma escola se dividem em grupos que ficam sob a direção imediata dos alunos mais adiantados, os quais instruem os seus colegas na leitura, escrita, cálculo e catecismo, do mesmo modo como foram ensinados pelo mestre horas antes. Estes alunos auxiliares

se denominam monitores. Além dos monitores há na classe o inspetor que se encarrega de vigiar os monitores, de entregar a estes e deles recolher utensílios de ensino, e de apontar ao professor os que devem ser premiados ou corrigidos.

Em todo o período, o Ato Adicional à Constituição (1834), foi o instrumento de maior importância no processo de estabilização da educação; o objetivo era descentralizar o ensino elementar do Governo Central, reservando a sua responsabilidade às províncias; assim, o governo se isentava da responsabilidade sobre a educação.

É importante ressaltar que não havia interesse da nação para com a educação elementar; prova disso é o art. 83 da Constituição de 1824, onde constava que ficava vedado às Assembléias Provinciais a proposição e deliberação sobre assuntos de interesse geral da nação.

Segundo Werebe (1968, p.75), durante todo o Império, a instrução popular se desenvolveu precariamente devido aos poucos recursos de que dispunham as províncias; já no Segundo Império houve um crescente interesse, as províncias criaram algumas escolas e, embora as informações sejam escassas, algumas fontes indicam um real crescimento do sistema escolar.

Esse desinteresse acerca da organização educacional brasileira vai gerar na primeira metade do século XIX graves deficiências qualitativas e quantitativas e sofre as conseqüências da instabilidade política, da falta de recursos, bem como do regionalismo que imperava nas províncias.

A imigração foi um fator importante para o desenvolvimento do sistema de ensino nas províncias; os imigrantes se preocupavam com a instrução de seus filhos e desenvolvem seu próprio sistema de ensino.

“A partir da extinção do tráfico, em 1850, acelera-se a decadência da economia açucareira; o deslocar-se do eixo de prestígio para o sul e os anseios da classes médias urbanas compunham um quadro novo para a nação, propício ao fermento de idéias liberais, abolicionistas e republicanas. De 1870 a 1890 serão essas as teses esposadas pela inteligência nacional, cada vez mais permeável ao pensamento europeu que na época se constelava em torno da filosofia positiva e do evolucionismo.”(Basbaum, 1975, p. 143)

A década de 50 para a educação foi apontada como uma época de férteis realizações, porém restritas, em sua maioria ao município da Corte, dentre elas a criação da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária neste município, o estabelecimento das normas para o ensino e de um sistema de preparação do professor primário.

Nesse período o interesse econômico-político-social dos grupos dominantes restringia-se ao ensino superior; esses grupos atuavam dentro de uma estrutura educacional existente e por serem pessoas de camadas privilegiadas não se interessavam pela transformação da estrutura social e educacional.

A manutenção da estrutura dominante gerava um mau preparo dos alunos que remete às deficiências dos níveis anteriores, e demonstra que a medida referente ao controle sobre o ensino superior, apenas como forma de garantir uma conveniente formação da elite dominante e participante do poder, não foi uma medida das mais eficazes.

Conforme Ribeiro (1979, p. 55), faltou uma política educacional integrada entre centro e províncias e a instrução primária continuou constituindo-se de aulas de leitura, escrita e cálculo.

Os anos 60 tinham sido fecundos como preparação de uma ruptura mental com o regime escravocrata e as instituições políticas que o sustentavam.

A formação de um partido liberal radical, em 1868, foi precedida de declarações de princípios abolicionistas e pré-republicanos que rezava, entre outros, o princípio do ensino livre, polícia eletiva, abolição da Guarda Nacional, descentralização; e, de fato, já em 1870 uma ala dos progressistas fundava o Partido Republicano, que operaria a fusão tática da inteligência nova com o arrojo de alguns políticos de São Paulo, interessados na substituição do escravo pelo trabalho livre. *“As idéias respondiam os fatos: no decênio de 70, entram no país quase duzentos mil imigrantes; no de 80, quase meio milhão.”* (Basbaum, 1975, p. 143)

Diante do quadro sócio-político já citado, o alcance das medidas relativas à formação de professores para a educação básica era preocupante. A criação de escolas para formação desses professores em quase todos os Estados se deu após inúmeras discussões sobre a fundação de escolas normais; essas discussões giravam em torno da questão do ensino profissional, o preparo dos professores primários, a gratuidade, o auxílio do governo central e a obrigatoriedade do ensino.

Os problemas não se resumiam à falta de escolas de formação de professores mas, também, à própria carreira do magistério que possuía poucos atrativos; além da precariedade do funcionamento dessas escolas e a falta de estabilidade dos professores, as lutas políticas nas províncias dificultavam a

formação de maiores contingentes de profissionais para o ensino do primeiro grau, provocando fechamento provisório de algumas dessas escolas.

O ensino secundário não oferecia condições para a continuidade dos estudos e além da pressão do meio, as limitações resultavam na busca de soluções teóricas em modelos estrangeiros, principalmente franceses. Neste contexto, o governo central, em reforma de 1862, busca conciliar a formação humana e o preparo para o ensino superior, trazendo de volta a formação humana com base nas humanidades; e em reforma de 1870 passa a ter importância a formação humana com base na ciência.

O problema que o Brasil enfrentava era o de conciliar a questão da formação humana a nível secundário e o preparo para o ensino superior; esse fato antecede ao problema de conciliar a formação humana com base na literatura clássica e a formação humana com base na ciência, que na verdade era um problema enfrentado pela estrutura escolar francesa.

O preparo intelectual representava oportunidades de ascensão social e o objetivo dos poucos que se matriculavam era ingressar no curso superior; esse preparo era baseado em modelos internacionais que acabavam dificultando a efetivação de uma formação básica a nível secundário, pois este não conseguia conciliar o preparo para o curso superior com uma formação humana a nível médio, mesmo atendendo a tão reduzido número de alunos na sua maioria oriundos das camadas média e alta da população; as condições concretas do meio determinavam uma única função – preparo para o superior.

V- O MENINO RAMOS

Ramos nasce em 27 de outubro de 1892, filho primogênito do casal Sebastião de Oliveira Ramos e Maria Amélia Ferro e Ramos. Nasceu em uma modesta casa da Rua Nova, nº 11, em Quebrângulo, Alagoas.

Há três anos de seu nascimento, a velha Monarquia fora substituída pelo regime republicano e o Marechal que proclamara a República, seu “*conterrâneo Deodoro da Fonseca, falecera dois meses antes, no Rio de Janeiro, a 23 de agosto.*” (Garbuglio, 1982, p. 86)

Conforme Ribeiro (1979, p. 63), depois de inaugurado o período republicano o Brasil passa por uma febre de reformas que acelera e posteriormente consolida o desenvolvimento econômico manifestado de imediato em contato mais intenso com a Europa, fonte fornecedora não só dos novos maquinários e instrumentos que importávamos, mas também das novas idéias que passaram a circular no acanhado meio intelectual dos meados do século XIX brasileiro.

Este processo de modernização acelera o crescimento das camadas dominante e média, a chamada elite intelectual brasileira, que agita o final do Império e início da República, com um amplo movimento chamado *Manifesto Liberal*, de 1868.

Esse Manifesto, inspirado em autores populares do século XIX e galgado em crenças básicas do liberalismo e positivismo busca elevar o Brasil ao nível do século, pretendendo com isso realizar uma atualização histórica, usando modelos importados como base para a análise da realidade socio-cultural brasileira.

Foi uma fase muito rica em propostas de reformas de quase todas as instituições existentes, propostas estas feitas através da análise da realidade de outro país.

Os líderes da oligarquia regional, nos diferentes estados, receberam reforços, afastando ou reprimindo os parceiros das facções mais progressistas e que haviam militado pela República, mas que não pertenciam às camadas dominantes e que contestavam o poder dessas camadas. As esperanças de instauração da democracia no país desapareciam com a instituição de mecanismos eleitoreiros caracterizados pela corrupção, pelo voto controlado pelos “senhores e patrões”; por esse motivo o entusiasmo se arrefeceu e logo depois surgiram propostas de reformas de quase todas as instituições existentes, inclusive do ensino, mas que, na sua maioria, não tiveram efeitos práticos notáveis.



A VIDA NA FAZENDA – BUIQUE-AL

A República havia sido imediatamente aceita por todas as classes, exceto pelos senhores do açúcar, que mesmo contrários à mudança, rapidamente se adaptaram ao novo regime; os fazendeiros de café receberam-na com satisfação e os indiferentes, que constituíam a maioria, tornaram-se rapidamente republicanos, cada qual se julgando com maiores direitos a uma recompensa pela sua atividade pró-República.

Diante de toda essa agitação político-social, a família Ramos está mudando-se do sertão de Alagoas para o sertão de Pernambuco, buscando a ascensão econômica, como a maior parte da população da região nordestina. Ela constituía a chamada população rural que era a maioria da população total do país e que mal havia tomado conhecimento da mudança do regime político.

Essa mudança de Quebrângulo para Buíque é lembrada pelo menino Graciliano, na obra *Infância*, de uma forma um tanto quanto imprecisa pelo fato de na época contar com apenas 2 anos.

As imagens que o menino guarda de Quebrângulo são nebulosas e imprecisas, as lembranças são fragmentadas como o vaso de louça vidrada, cheio de pitombas, escondido atrás de um móvel que a experiência mais tarde deu o nome de porta. Nessa fase, inculcaram-lhe a noção de pitombas que durante muito tempo lhe serviu para designar todos os objetos esféricos.

Essa imprecisão dos fatos faz com que o menino questione sua inteligência: “*A recordação de uma hora ou de alguns minutos longínquos não me faz supor que a minha cabeça fosse boa. Não. Era, tanto quanto posso imaginar, bastante ordinária. Creio que se tornou uma péssima cabeça.*” (Ramos, 1993, p. 7)

Em 1895, aos 3 anos incompletos Ramos vai com a família (pai, mãe e duas irmãs) para Buíque, no sertão de Pernambuco, onde o pai, egresso do

comércio, compra uma fazenda de gado. Durante a viagem, uma escola os acolhe, e de passagem pela sala de aula Ramos observa: *“A sala estava cheia de gente. Um velho de barbas longas dominava uma negra mesa, e diversos meninos, em bancos sem encostos, seguravam folhas de papel e esgoelavam-se: - Um b com um a - b, a: ba; um b com um e - b, e: be. Assim por diante até u.”* (Ramos, 1993, p. 8)

Conforme o autor, era comum em escolas primárias na roça ouvir o canto da soletração de várias maneiras, porém, nenhum como aquele. Neste momento o autor refere-se às diferenças regionais da soletração do alfabeto, por exemplo a letra *f*, em Pernambuco, era soletrada como *fe*.

Haviam sido criadas pelo Governo da Província, em várias localidades designadas por lei, escolas elementares de primeiro e segundo grau e nos pontos onde não houvessem estabelecimentos públicos de instrução primária nem secundária, era *“permitido a qualquer indivíduo abrir estabelecimentos de ensino, precedendo autorização do respectivo delegado literário.”* (Moacyr, 1939, p. 521)

Conforme Moacyr (1939, p. 565), em Regulamento de 20 de outubro de 1836 foram nomeadas pelo presidente da província pessoas para efetuarem a inspeção nas escolas primárias nas localidades distantes, como as regiões do sertão da província de Alagoas, sendo que estas pessoas deveriam fiscalizar as instalações das escolas, o número de alunos matriculados, o comportamento e eficiência do professor.

Estas informações seriam enviadas ao Governo da Província e este, por sua vez, mandaria anualmente um Inspetor para fiscalizar tais informações, assim como o aproveitamento dos alunos.

Pela maneira como está organizada a escola em que Ramos fica hospedado neste período, observa-se que o método utilizado era de ensino mútuo, também chamado de Lancaster, pela forma como a aula é descrita. A escola estava instalada na sala de uma casa, e pela descrição dos alunos e o nível econômico da região supõe-se que era uma escola pública.

A figura deste professor ficaria marcada durante toda a infância do autor, representando um modelo (entenda-se aqui como modelo, a aparência física do mestre). Além disso as características e atitudes da moça que auxiliava o professor transfigurariam-na, para o escritor, na pessoa de sua irmã natural Mocinha.

Já neste momento de sua vida é relatada a presença autoritária e dominadora dos pais, demonstrando que tanto em relação às camadas economicamente desfavorecidas quanto nas outras camadas da população nordestina, a ignorância, o despreparo dos pais e as condições inóspitas do meio-ambiente, conforme Guimarães (1944), são fatores que dificultam o acompanhamento e boa orientação por parte dos familiares.

O desafeto e a repressão brutal para com os filhos, consta no depoimento do narrador-protagonista e são exceções que se podem encontrar em distintas camadas da sociedade, por razões as mais variadas.

É possível afirmar que ao exprimir carinho, desmoronaria a imagem autoritária e resistente dos pais, criada pela família sertaneja para não esmorecer diante dos “imprevistos” da seca. A educação recebida, a falta de instrução e o pouco contato com indivíduos vindos de outros meios sociais dificultava uma comparação, ou até mesmo uma reavaliação de procedimentos e atitudes.

Fernando Cristóvão (1975) afirma que Ramos não conta em suas memórias de menino apenas a infância bisonha, vivida no medo, sem alegria,

mas a infância de qualquer criança nordestina do interior, que nasce e se desenvolve no quadro duma natureza hostil e no seio de famílias demasiado austeras, onde a ternura é uma fraqueza a banir e a agressividade uma virtude que garante a resistência contra os diversos condicionamentos direta ou indiretamente herdados do meio; o retrato da mãe do autor, por exemplo, é típico da mãe sertaneja.

“Meu pai e minha mãe conservavam-se grandes, temerosos, incógnitos. Revejo pedaços deles, rugas, olhos raivosos, bocas irritadas e sem lábios, mãos grossas e calosas, finas e leves, transparentes. Ouço pancadas, tiros, pragas, tilintar de esporas, batecum de sapatões no tijolo gasto, retalhos e sons dispersavam-se. Medo.” (Ramos, 1993, p. 11)

Em casa, D. Maria se irritava com o ranger de dobradiças ou choro de criança; essas futilidades lhe restituíam o azedume e inquietação que lhe eram peculiares. *“Zangava-se ouvindo alguém afastar-se da sua prosódia curiosa(..) A sintaxe e o vocabulário também diferiam bastante do que usamos comumente.” (Ramos, 1993, p. 13).* Era nessa linguagem, descrita como capenga, que ela “matracava” um romance de quatro volumes, que para o autor pareciam absurdos e ininteligíveis.

Fica implícito na narrativa, no momento em que o autor escreve sobre os avós maternos e paternos, suas aptidões e rotinas. Através desse relato observa-se que o avô paterno não tinha nenhuma profissão, cantava em novenas e vendia urupemas (peneiras); os avós maternos eram do interior do sertão, resistentes à seca, sempre reconstruíam a fortuna dissipada pela estiagem; ele admirava muito esse avô que sabia o peso do boi só de olhar.

“Esse avô bárbaro dispensava o civilizado, artífice e cantor, exageros de atenção, em que havia talvez a surpresa, desdém, o receio de magoá-lo, estragá-lo com as mãos duras.”(Ramos, 1993, p. 20)

Nesse período também se revelam moradores do local que serão os personagens de alguns romances do autor, dentre eles o amigo José Baía que com muito barulho, onomatopéias e gargalhadas sonoras rodopiava e sacudia o pequeno Ramos.

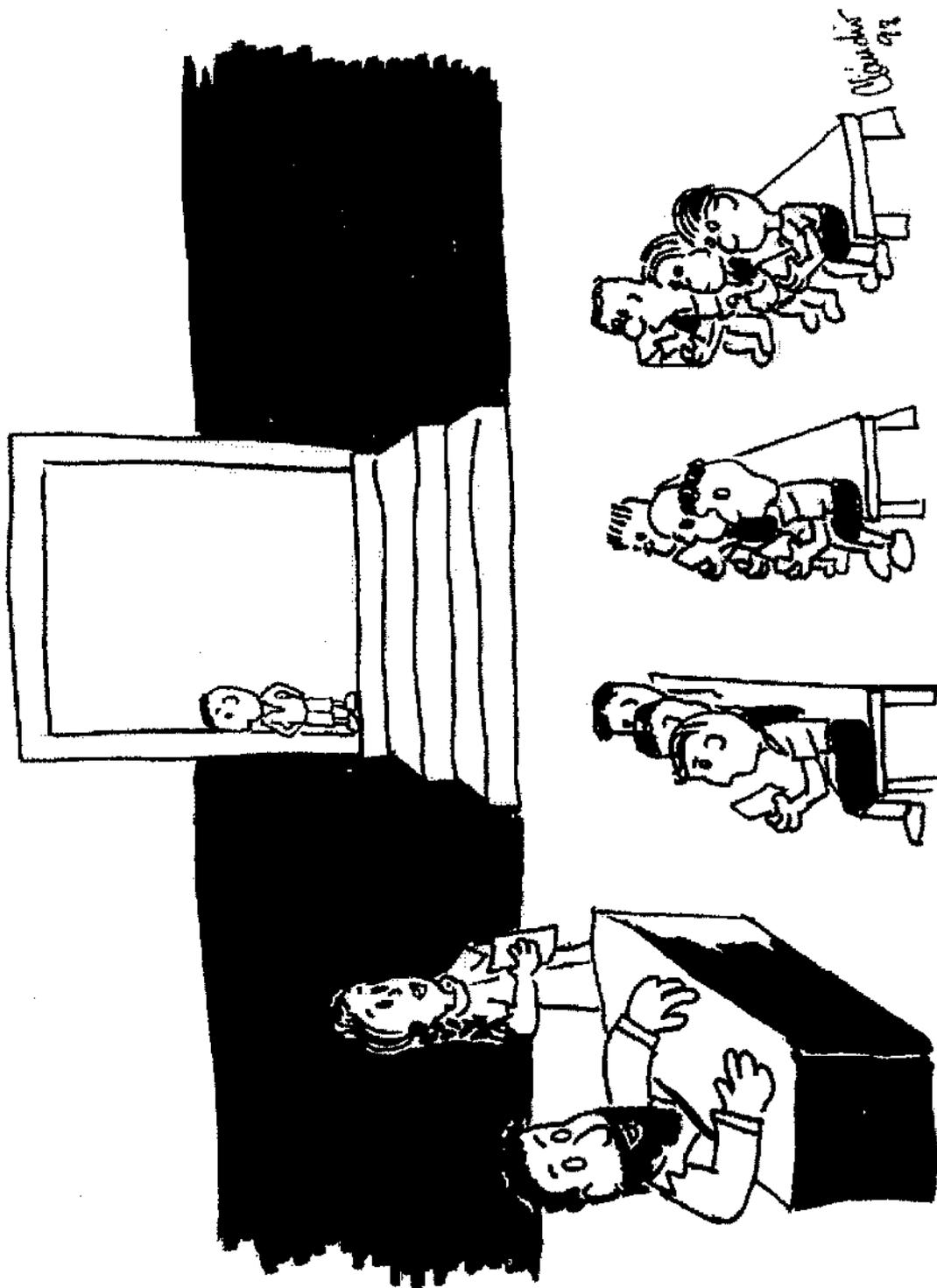
“Mais vivo que todos. Avulta um rapagão aprumado e forte, de olhos claros, risonho. Calçava alpercatas, vestia a camisa branca de algodão que usa o sertanejo pobre do Nordeste, áspera, encardida, ordinariamente desabotoada, as pontas das aberturas laterais presas em dois nós.”(Ramos, 1993, p. 9)

Na lembrança do garoto, a casa era feita de material rijo, havia o copiar (varanda) sustentado por robustas colunas de aroeira, à sua frente o pátio, tão grande *“que o fim dele tocava o céu”*(Ramos, 1993, p. 14), a sala com armas de fogo, instrumentos agrícolas pelos cantos e arreios suspensos pelos ganchos, redes e janelas sempre fechadas, no corredor desembocavam camarinhas cheias de treva e logo adiante a sala de jantar, havia um quintal duro e nu, sem verduras ou flores, tendo ao fundo apenas um pé de turco junto aos montes de lixo (verão). Segundo Ramos esse pé de turco marcava o limite do mundo, à esquerda havia um oitão de altura elevada, não havia cozinha (talvez porque o menino não tivesse permissão para entrar no cômodo).

“É verão no sertão as árvores pelam-se, os bichos morrem, o sol cresce e bebe as águas, o vento morno espalha na terra queimada uma poeira cinza, devastação, calcinação; no inverno o açude apoiado, a roça verde, amarela e vermelha, caminhos estreitos mudados em riachos, a neblina vestia o campo, pingos espaçados caíam das goteiras.” (Ramos, 1993, p. 17)

São as mudanças de estação no sertão nordestino fator de turbulências emocionais no menino Ramos; tem-se a impressão de haver sempre duas situações, dois caminhos: em momentos de desespero por exemplo quando está prestes a ser castigado imagina uma situação diversa àquela em que está envolvido: “se José Baía estivesse aqui...”,(como se a presença do rapaz evitasse o martírio), “Se o pavor não me segurasse, tentaria escapulir”, porém nunca tentou desvencilhar-se dos castigos

“Nesta vida lenta sinto-me coagido entre duas situações contraditórias – uma longa noite, um dia imenso e enervante, favorável à modorra. Frio e calor, trevas densas e claridades ofuscantes.” (Ramos, 1993, p. 17)



A VILA DE BUIQUE

Em 1891 pode-se dizer que havia dois mundos no país, o sertão com suas particularidades e que de certa forma jazia inerte aos acontecimentos políticos e o Brasil fervilhando de mudanças num eixo político-social restrito aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Essas mudanças têm início com a Constituição de 1891 que estabeleceu a forma federativa da República, consagrando, e mesmo ampliando, o regime de descentralização; este regime, entre outros fatores, foi responsável, no período republicano, pela falta de um plano nacional de educação.

A primeira Constituição foi influenciada pelas idéias positivistas⁶ esposadas pelos líderes militares da República. Separou-se o Estado da Igreja e várias medidas liberais foram propostas pela primeira reforma do ensino, assinada por Benjamin Constant⁷, ministro da Instrução, dos Correios e Telégrafos até 1892, quando os negócios da instrução passam para a pasta do Interior e da Justiça. Estabeleceu-se então a laicidade do ensino público que só voltou a ser confessional mais de 40 anos depois, pela Constituição de 1934.

⁶Movimento filosófico surgido na Segunda metade do século XIX, caracterizou-se por associar a tradição empirista ao formalismo da lógica matemática, preconizando como objeto de estudo a análise da relação entre fatos objetivos e a linguagem que busca considerá-los. No Brasil, o positivismo alcançou grande expressão, principalmente pelo trabalho de Miguel Lemos, exercendo influência sobre diversos líderes republicanos, em especial Benjamin Constant. Tanto que o lema ordem e progresso, presente na bandeira nacional é um dos ideais da política de Comte.

⁷Nasceu em Niterói/RJ em 1836, militar e político brasileiro participou da Guerra do Paraguai, exerceu o magistério em vários estabelecimentos de ensino, inclusive na academia militar onde pôde desenvolver seu pensamento positivista. Foi um dos chefes do movimento republicano e, assumindo a pasta da Instrução Pública empreendeu a reforma do ensino primário, secundário e superior em todo o território nacional sob influência das idéias de Augusto Comte.

Foi confirmada a gratuidade do ensino primário e determinou-se a sua obrigatoriedade, que não podia, na época, concretizar-se, seja por falta de escolas, seja pelas condições de vida de grande parte das crianças em idade escolar. De qualquer forma só havia preocupação com o ensino urbano, relegando-se ao esquecimento o ensino rural.

Embora o estabelecimento da laicidade da escola pública representasse, até certo ponto, um golpe para a Igreja, na realidade a orientação católica de todo o ensino manteve-se nas suas concepções e objetivos. A Igreja continuou a expandir sua rede de escolas, graças à iniciativa privada de várias ordens religiosas.

Durante esta efervescência, em 1895, Sebastião Ramos muda-se com a família para Buíque e abre uma loja na vila, situada à margem da Lagoa de Campos. *"(...) De repente me vi apeado, em abandono completo, num mundo estranho, cheio de casas, brancas ou pintadas, sem alpendres, notáveis. Havia duas maravilhosas: uma de quadrados faiscantes, uma que se montava noutra. Avizinhei-me do sobradinho, fugi medroso e confuso: nunca teria podido imaginar uma casa trepada.(...) Longe da fazenda, considerei-me fora da realidade e só. (...) Absurdo alguém viver num lugar onde se apertavam tantas casas."* (Ramos, 1993, p. 43)

Ramos compara a cidade a um corpo aleijado, no qual em uma das partes do tronco localizava-se as janelas do Vigário que espionavam as da escola pública, alva, de platibanda, regida por um sujeito de poucas falas e barba longa, semelhante ao mestre rural visto anos atrás. *"Essa parecença me deu a convicção de que todos os professores machos eram cabeludos e silenciosos."* (Ramos, 1993, p. 45)

Fatos antigos se renovavam, confundiam-se com outros recentes, e as notícias dos jornais determinavam perturbações nos espíritos. Debatiam-se

Canudos, a Revolta da Armada, a Abolição e a Guerra do Paraguai como acontecimentos simultâneos. A República, no fim do segundo quadriênio, ainda não parecia definitivamente proclamada. Realmente não houvera mudança na vila.

“A política nacional era um romance que os meninos barbados folheavam, largavam, retomavam, deturpavam. Versáteis, não permaneciam nessas alturas, caíam nos sucessos vulgares, que eram também contos de fadas.”(Ramos, 1993, p. 49)

Figuras de suma importância na política nacional eram conhecidas pelo menino Ramos através das emboladas⁸ entre elas, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto eram tão grandes que deixavam a política e entravam nos desafios:

*“Pedro Paulino, Leodoro, Lorianio.
Foi a lei republicana
Que inventou guarda local.”*(Ramos, 1993, p. 48)

Os cantadores das calçadas conheciam, nos generais, não suas virtudes públicas e sim o vigor e a dissimulação que eram qualidades preciosas a um sertanejo. Floriano Peixoto era enaltecido por prender e deportar enquanto que Deodoro era visto como o pobrezinho que havia sido recolhido e educado por D. Pedro, pagando-lhe tantos favores com uma rasteira.

Algumas personalidades locais representavam a classe dominante, pela cultura através da posse de objetos valiosos como livros e títulos, como o Doutor Juiz de Direito, ou pela situação econômica que era medida pela pompa

da casa, roupas e atividade desses indivíduos. *“Abaixo dessa classe andavam as criaturas que não liam jornais, ignoravam D. Pedro II e o Barão de Ladário.”* (Ramos, 1993, p.p. 48-49)

Outros indivíduos, quando não se apresentavam nas calçadas, incorriam em censuras rigorosas. Diante disso o menino Ramos reflete sobre o preconceito, sobre os valores adotados no vilarejo e não compreende a desconsideração com que são tratados alguns indivíduos, contudo, esse julgamento o acompanhou, fixou-se e ganhou raízes. *“Indigno-me, quero extirpá-lo, reabilitar seu Afro e D. Marocas. Duas pessoas normais. Penso assim. E desprezo-as, sinto-as decaídas. Impossível deixar de senti-las decaídas (...).”* (Ramos, 1993, p. 51)

O menino Ramos obteve notoriedade junto ao vilarejo numa ocasião em que imaginou, à noite, almas de outro mundo, isso o deixou confuso e envergonhado. Acaba confessando para si o engano, e pouco a pouco esquece a aventura. *“Ficou-me, entretanto, um resto de pavor, que se confundiu com os receios domésticos. Arrepios súbitos, cabelos eriçados, tonturas(...).”* (Ramos, 1993, p. 54)

Esse período é marcado também pela clausura: Ramos e seus irmãos só tem contato com o mundo exterior ao da casa através da janela do armazém, subindo nos rolos de arame. Essa sensação de estar preso é muito marcante para o menino desde muito cedo quando tinha que calçar sapatos, e posteriormente quando vai à escola.

Em alguns momentos da narrativa observa-se o interesse do garoto por música e histórias, uma delas contada por Rosenda lavadeira. No meio das

⁸ Forma poético-musical do Nordeste, em compasso binário e andamento rápido, com refrão coral, quando dançada, como nos cocos (tipo de dança nordestina que as pessoas ficam enfileiradas), ou dialogada como nos desafios.

vozes da catinga ouve-se o berro do sapo-boi, bicho terrível que morde igual a um cachorro e, se pega alguém, só o larga quando o sino toca.

“Se eu pudesse correr, sair de casa, molhar-me, enlamear-me, deitar barquinhos no enxurro e fabricar edifícios de areia, (...) certamente não pensaria nessas coisas, seria uma criatura viva, alegre.” (Ramos, 1993, p. 56)

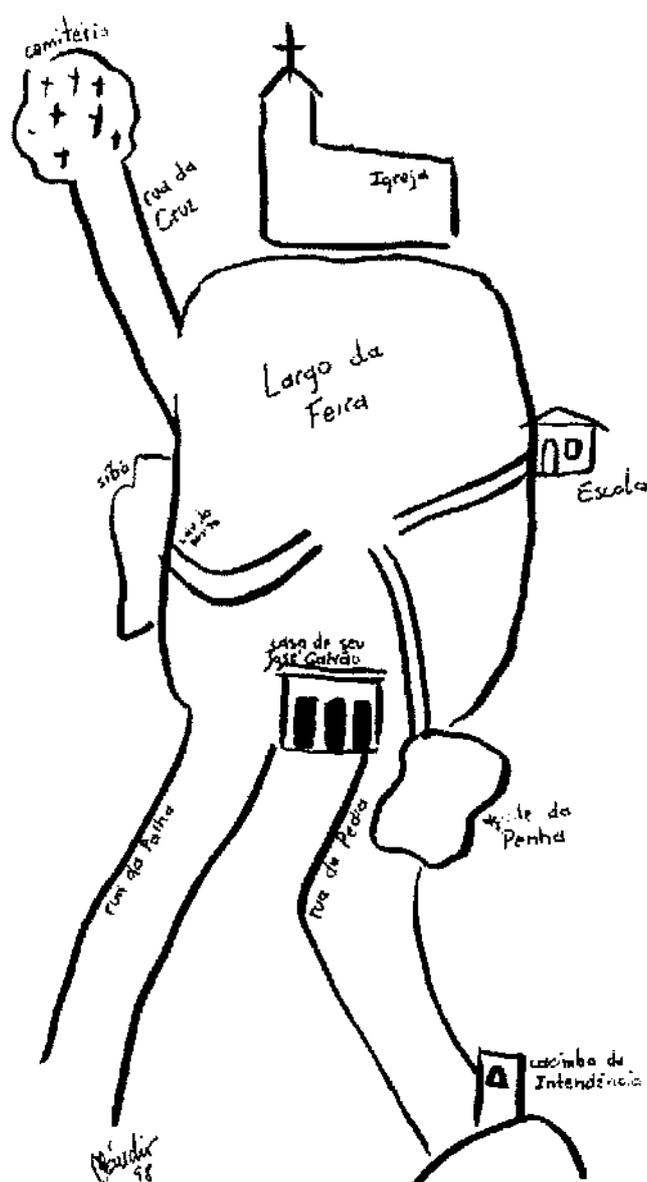
José Baía contou-lhe uma história que muito o impressionou; fazia referência a orações fortes, especialmente a da cabra preta, dava poder ao indivíduo que a possuísse, fazendo com que escapasse às mais graves situações, desdenhando emboscadas, suprimindo inimigos; é capaz de andar pelos caminhos sem ser visto e emudecer as armas de fogo. No perigo, transforma-se num toco, some ou evapora.

O menino fantasiava possuir tal mandinga para se desvencilhar dos perigos que o amedrontavam, dos pais que o castigavam com coronhadas na cabeça, puxões de orelha e surras e Padre João Inácio que, além de ser figura autoritária, fora utilizado pelos pais para amedrontar os filhos.

“Eu desejava conhecer a reza valorosa. Ser-me-ia agradável passar uma hora em sossego, olhando o muro do quintal, ouvindo os sapos do açude da Penha, (...) vagaria nas ruas, invisível, jogando piões invisíveis, empinando papagaios invisíveis. Demorar-me-ia nas esquinas, escutando histórias curiosas(...) E se avistasse o Padre João Inácio, correria para ele, examinar-lhe-ia a magrém disfarçada na batina ruça, o olho duro imóvel na órbita negra. Passearíamos como dois amigos.” (Ramos, 1993, p. 61)

Supõe-se que as mudanças políticas e educacionais do país não tiveram muita repercussão na região nordestina, principalmente no sertão.

Depois do desvínculo entre a Igreja e o Estado, esta ainda exerce grande domínio na Vila de Buíque através do Padre João Inácio que, além de ser usado pelos pais de Ramos como instrumento para amedrontá-lo, desempenhava na vila um papel, acima de tudo, político. Como não havia médicos radicados no vilarejo, o vigário providenciava e aplicava a vacina anti-variola, sem maiores explicações, usando de despotismo; cuidava e alimentava os variolosos que eram separados do restante da população num vale bem distante do vilarejo.



Vila de Buíque

RARO DIÁLOGO ENTRE MÃE E FILHO

Nos raros momentos de trégua entre mãe e filho, em que ela se tornava acessível, o menino se aventurava a fazer perguntas que a perturbavam e ficavam sem resposta. Era necessário tratá-la cautelosamente, como se trata uma criança de gênio variável.

Num desses dias, o filho, ouvindo a palavra “inferno” que a mãe lia nos folhetos religiosos, resolve procurar a exata significação dela; ela admirou-se que um menino de 6 anos ainda não conhecesse tal palavra. Ele possuía noções: *“nome feio, que não devíamos pronunciar, exprimia um lugar ruim, para onde as pessoas mal-educadas mandavam outras, em discussões”*. Não se contentando com generalidades, o menino pede esclarecimentos e ela responde que (...) *“no inferno não havia plantas, nem currais, nem lojas, e os moradores, péssimos, torturados por demônios de rabo e chifres, viviam depois de mortos em fogueiras maiores que as de S. João e em tachas de breu derretido”* (Ramos, 1993, p. 72).

A explicação lhe pareceu absurda, pois, a experiência que tivera com breu derretido tinha lhe causado uma grave queimadura no dedo. Conhecia, portanto, a fogueira e concluiu que se a pequena experiência tinha provocado aquele desastre, como admitir que pessoas resistiriam a barricadas cheias, derramadas em tachas fundas sobre a fogueira de S. João?

O filho insiste, com intuito de obter uma prova empírica acerca da existência do referido lugar e pergunta à mãe se ela ou o Padre João Inácio estiveram lá; a resposta foi taxativa: *“Não tinham estado, mas as coisas se passavam daquela forma e não podiam passar-se de forma diversa. Os padres ensinavam que era assim.”* (Ramos, 1993, p. 73) Para o menino a história era incongruente, ele não buscava razões, bastariam afirmações,

aceitaria os casos extraordinários sem esforço, contanto que não tivessem neles muitas incompatibilidades e que houvesse uma testemunha.

O filho rebela-se, recusa-se a aceitar os argumentos maternos, nega-se veementemente a acreditar que haja o local descrito, sofrendo as conseqüências de tal atitude externada. *“Minha mãe curvou-se, descalçou-se e aplicou-me várias chineladas. Não me convenci. Conservei-me dócil, tentando acomodar-me às esquisitices alheias. Mas algumas vezes fui sincero, idiotamente. E vieram-me chineladas e outros castigos oportunos.”* (Ramos, 1993, p. 74).



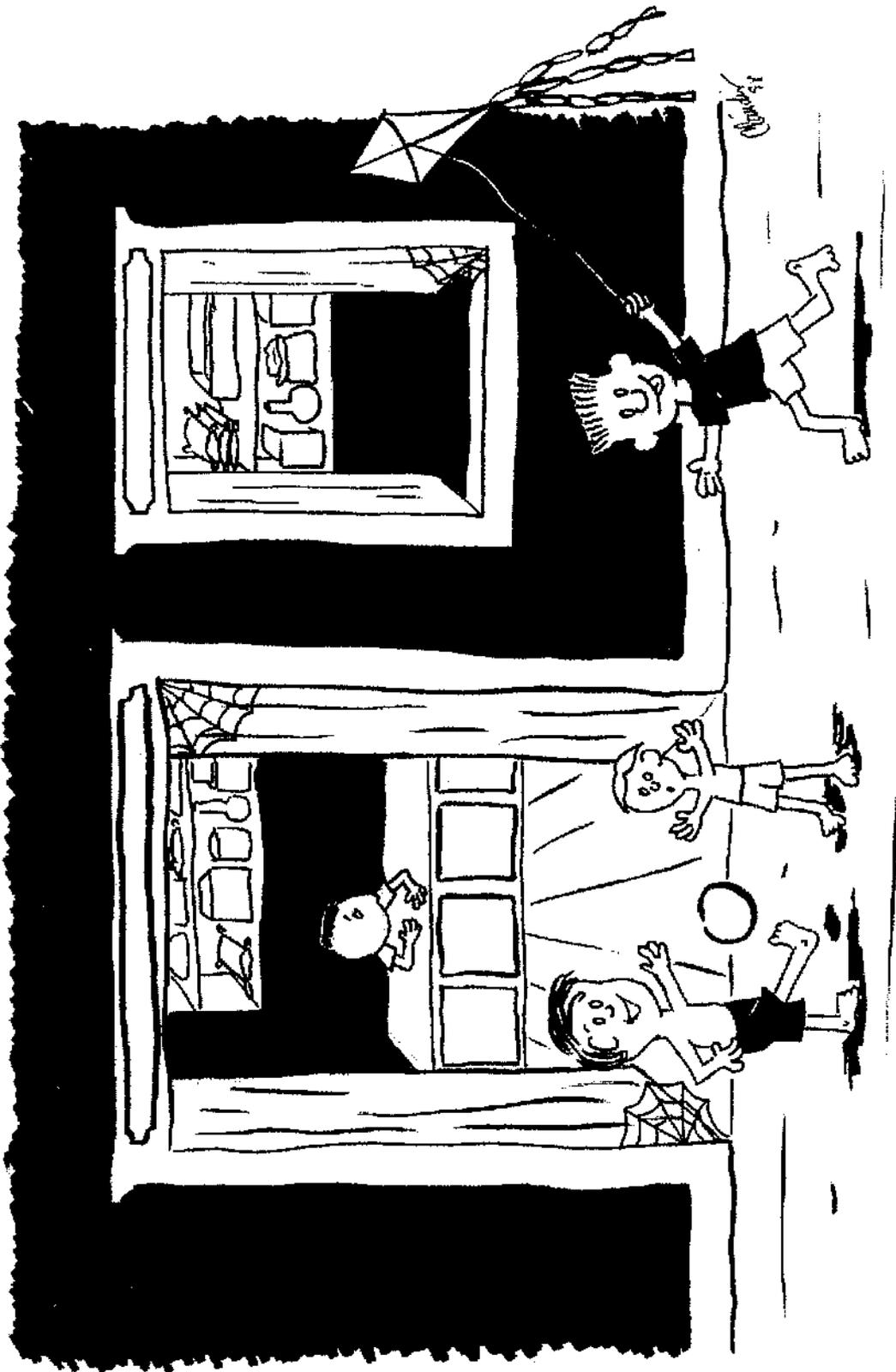
O CASTIGO MODERADO

Nessa época, os pais deixavam o menino Ramos cuidando da loja; esse castigo era sempre precedido de uma falta: eram nesses momentos que ele tentava fazer exames de consciência para descobrir quais ações eram prejudiciais e quais eram inofensivas demorando-se a descobrir que um ato poderia resultar ou não em punição. Dessa forma, era impossível orientar-se, estabelecer uma norma de procedimento - “mexia-me como se andasse entre cacos de vidro”(cf. Ramos, 1993, p. 89).

Diante desse quadro o garoto concluía que seus poucos acertos e numerosos escorregos eram produto de mera fatalidade ou de um destino irônico e safado; a cautela era inútil e para comprovar tais disposições é importante reproduzir frases freqüentes ditas pelos pais: “*Que há de fazer?*”, “*Foi vontade de Deus.*” “*Estava escrito.*”(Ramos, 1993, p. 89)

Um dos castigos moderados era obrigá-lo a vigiar o estabelecimento comercial: sentia inveja dos outros meninos e, afastado, não possuía bolas, carrinhos ou papagaios; divertia-se juntando o milho, observava o trabalho das aranhas, a fuga das baratas, imaginava um pequeno mundo, um “*povo mirim falava baixinho, zumbindo como as abelhas. Nem palavras ásperas, nem arranhões, cocorotes ou puxões de orelhas.*”(Ramos, 1993, p. 90). E quando esses insetos saíam dos eixos, recebiam conselhos e “*podiam saltar, correr, molhar-se, derrubar cadeiras, esfolar as mãos, deitar barquinhos no enxurro. Nada de zangas. Impedidos os gestos capazes de motivar lágrimas.*”(Ramos, 1993, p. 90)

Nos longos períodos em que vigiava a loja, mesmo com receio de ser surpreendido e castigado, abria caixas de mercadorias, admirava os mecanismos das dobradiças e fechaduras, experimentava as chaves.



UM PROFESSOR IDEAL

Os pais de Ramos utilizam-se de diversos elementos para amedrontar os filhos com o intuito de encerrar-lhes as travessuras: a princípio foi o lobisOMEM que não surtiu efeito por serem invisíveis; depois utilizaram a religião e a polícia, reveladas nas figuras de Padre João Inácio e de José da Luz que o menino admirou e temeu de longe. Mas diante da presença de ambos, somente o padre pode manter a imagem de “severo”, pois, José da Luz desprestigiou-se logo, pela sua alegria:

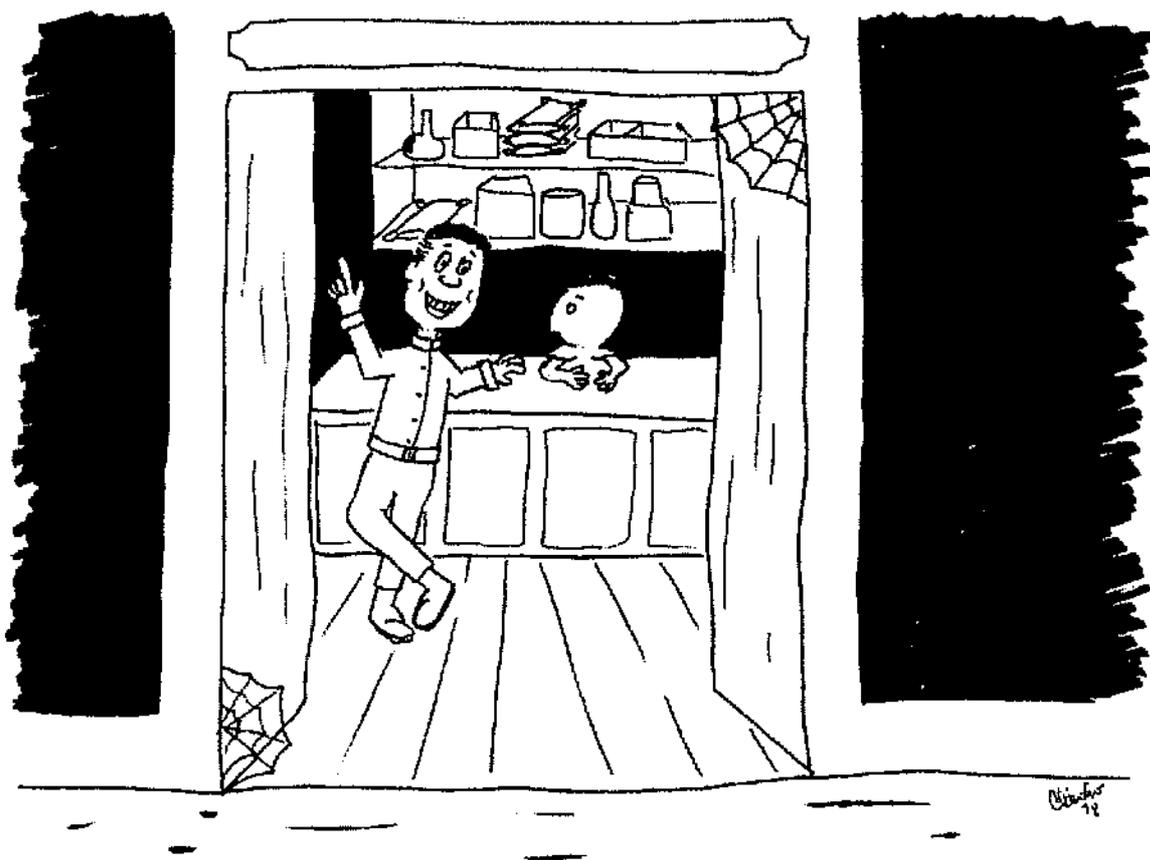
“rosto cor de azeitona, a grenha domada a banha de porco, nos olhos espertos a alegria fervilhante, nariz chato, boca larga, provida de armas fortes, ruidosa (...). Ele se diferia dos policiais comuns, desleixados, amarrotados, provocadores de barulho na feiras, pontas de ruas, entre caboclos e meretrizes.” (Ramos, 1993, p. 87)

Uma tarde em que estava na loja, viu José da Luz entrando, sentiu vontade de fugir, esconder-se: *“as juntas emudeceram, os músculos relaxaram-se. Tentei vencer o medo, endireitar o espinhaço, articular uma frase, sorrir. Em vão. José da Luz era terrível.” (Ramos, 1993, p. 92).* Para seu espanto, o soldado pregou os cotovelos no balcão e começou a conversar com ele, natural, *“a conversa dele era gratuita” (Ramos, 1993, p. 87).*

Das histórias contadas pelo soldado o menino não guardou nenhuma; guardou, sim, a lembrança de um homem que antes era um símbolo do medo e que passou a ser como ele: usava *“uma farda vermelha e azul que desbotava, não diferindo muito da minha roupa, suas botinas, brilhantes e ringidoras, aproximavam-se dos meus borzeguins duros, cada vez mais estreitos. Éramos*

duas insignificâncias, uma loquaz, buliçosa, outra cheia de sonhos, emperrada.” (Ramos, 1993, p. 93)

Ramos considerou grande e benéfica a influência de José da Luz em sua vida, “ótimo professor” (Ramos, 1993, p. 93), que mesmo não sendo um exemplo de honestidade e integridade, mesmo sendo considerado um mau funcionário, atenuou-lhe a timidez, ajudou-o a avizinhar-se da espécie humana. Um homem que com sua alegria natural contava histórias, respondia com paciência a todas as perguntas do menino, embora este nem sempre prestasse atenção. Sem castigos, recriminações ou flagelos.



AS CARTAS DE ABC

Em 1895, ainda na loja de seu pai, na vila de Buíque, Ramos abre caixas e demora sua atenção em alguns cadernos de capa enfeitada e os folheia; o pai vendo tal atitude tenta avivar-lhe a curiosidade sobre o conteúdo dos cadernos e afirma que as pessoas em posse dos conhecimentos ali contidos dispunham de armas terríveis. O menino ouviu incrédulo tal comentário que lhe pareceu absurdo: *“os traços insignificantes não tinham feição perigosa de armas”* (Ramos, 1993, p. 95).

Nesse momento, utilizando como exemplo pessoas notáveis como o Padre João Inácio e o advogado Bento Américo, relaciona-os com as cartilhas da prateleira e pergunta ao menino se ele não gostaria de tornar-se um sujeito sabido como eles. O “não” foi imediato, pois os padrões do pai definitivamente não combinavam com os do filho; o pai insiste, perguntando se o menino não tinha curiosidade para adivinhar os sinais pretos no papel amarelo.

Naquele momento, Ramos sentiu-se indagado, se viu com liberdade de escolha, e contrário aos procedimentos que comumente tomaria, deixou de ser descortês e obtuso e permitiu-se persuadir, sem entusiasmo, com o intuito de livrar-se de pequenos deveres e castigos

A aprendizagem começou ali mesmo, com as cinco letras já conhecidas por ele, de nome, balbuciadas pela moça anos antes na escola rural junto ao mestre barbudo. Diante da admiração do menino por aparecerem sílabas iguais às pronunciadas há tanto tempo e num lugar tão distante, o pai lhe asseverava que as letras eram batizadas daquele jeito.

A partir desse momento acabaram as explorações nas caixas de ferramentas, nos tecidos de chita; depois das cinco letras foram surgindo mais e mais, e agora, sentado num caixão, “sem pensamento”, a carta sobre os

joelhos e todo o tempo sendo nela consumido, as horas se dobravam; era o começo do que o autor chamou de “*escravidão imposta arditosamente*”.

O pai de Ramos era impaciente, não demonstrando vocação para o ensino; atirava rápido meia dúzia de letras e à tarde levava o garoto para a sala de visitas juntamente com um côvado⁹ para tomar-lhe a lição. Era um momento tempestuoso em que o menino ficava apavorado diante daquele pedaço de madeira, negro, pesado e largo.

A mãe e a irmã natural protegiam-no e lhe davam algumas noções sobre as primeiras letras, mas ainda que contasse com essa ajuda, o pavor que a lembrança do côvado transmitia deixava-o entorpecido, e entre bocejos e cochilos, gemia a cantiga (a, b, c...) que considerava fastidiosa e aborrecida; mas mesmo nesse torpor conseguia compreender as histórias de Trancoso¹⁰, embora julgasse insensata a memorização.

Diariamente Ramos era chamado para a lição e como era difícil contentar seu pai, recebia golpes de côvado nas mãos até que ficassem inchadas, com as palmas vermelhas, arroxeadas e os dedos grossos.

A atitude tomada por Sebastião Ramos, de golpear a palma das mãos do filho como castigo por erros na lição, ainda era utilizada no final de século XIX nas escolas, através da *palmatória*, uma pequena peça circular de madeira com cinco orifícios dispostos em cruz e um cabo.

Depois de muito sofrimento o pai desiste de instruir o menino, revelando tristeza por “gerar um maluco”. Ramos passa a ser guiado por Mocinha e depois de um mês de soletração chega o momento em que as letras se juntam formando sentenças graves ao final da Primeira Carta. Estas sentenças continham conceitos sisudos como, “*A preguiça é a chave da*

⁹ Antiga medida de comprimento medindo 66 cm.

¹⁰ TRANCOSO, Gonçalo Fernandes, escritor português do século XVI que num surto de peste perdeu a mulher, um filho, uma filha e um neto. Abalado, começou a escrever para distrair-se e compôs Contos e histórias de proveito e exemplo, muitas vezes reeditadas e muito populares.

pobreza”, “*Fala pouco e bem: ter-te-ão por alguém*” que sem sentido ou explicação ele era obrigado a memorizar. Ele imaginava que “*Terteão*” fosse um homem, e essa dúvida o acompanhou durante anos.

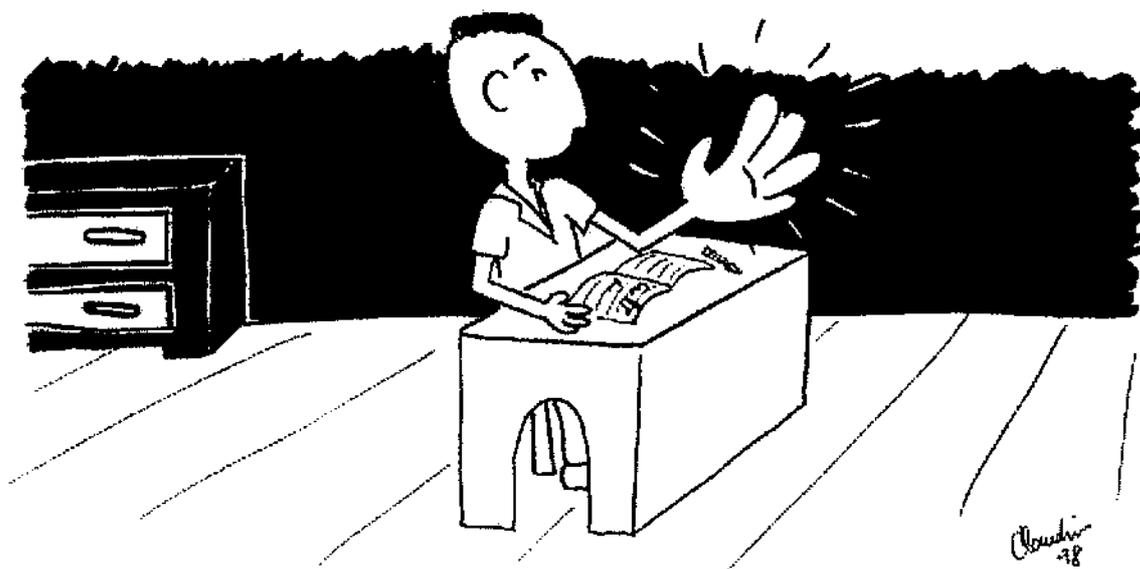
Denominadas de Cartas de ABC, as cartilhas muito utilizadas até os dias de hoje eram produzidas em vários volumes sendo que cada uma encerrava um grau diferente de dificuldade. A primeira carta, por exemplo, continha o alfabeto e as famílias silábicas (ba, be, bi, bo, bu), algumas palavras e, ao final, algumas sentenças que o autor denominava de *sisudas*. No final do século XIX, só algumas pessoas privilegiadas possuíam livros e quando a alfabetização não era feita pelas cartas, utilizavam os Autos dos Cartórios que continham leis constitucionais e documentos antigos e amarelados.

O processo de alfabetização do menino, desde a forma como o pai ou a irmã o ensinavam, sua dificuldade em aprender, o fracasso e os castigos vão acompanhar as lembranças do autor; ambos, pai e filho, atribuíam esse fracasso às dificuldades do filho; o método nunca foi questionado e a característica introspectiva do menino não permitia que ele se expressasse.

É importante ressaltar que essa característica introspectiva do menino poderia ser consequência da repressão, dos castigos e punições arbitrarias, sendo que a dúvida de como agir com os pais o impedia de, inclusive, relatar sobre a sua dificuldade de enxergar, apesar de não estar claro na obra sobre a sua consciência acerca da deficiência, pois contava apenas cinco anos.

Depois de finda a Carta que fora quase destruída pelo suor de suas mãos, o menino gozava de aparente liberdade e inquietava-se com as lembranças do exercício penoso. “*Vozes impacientes subiam, transformavam-se em gritos, furavam-me os ouvidos; as minhas mãos suadas se encolhiam, experimentando nas palmas o rigor das pancadas.*” (Ramos, 1993, p. 99) Os

novos folhetos que tinham três faixas e letras quase imperceptíveis não chegaram e durante algum tempo as duas consoantes inimigas o “d” e o “t”, o atormentaram.



UMA IMAGEM DA ESCOLA

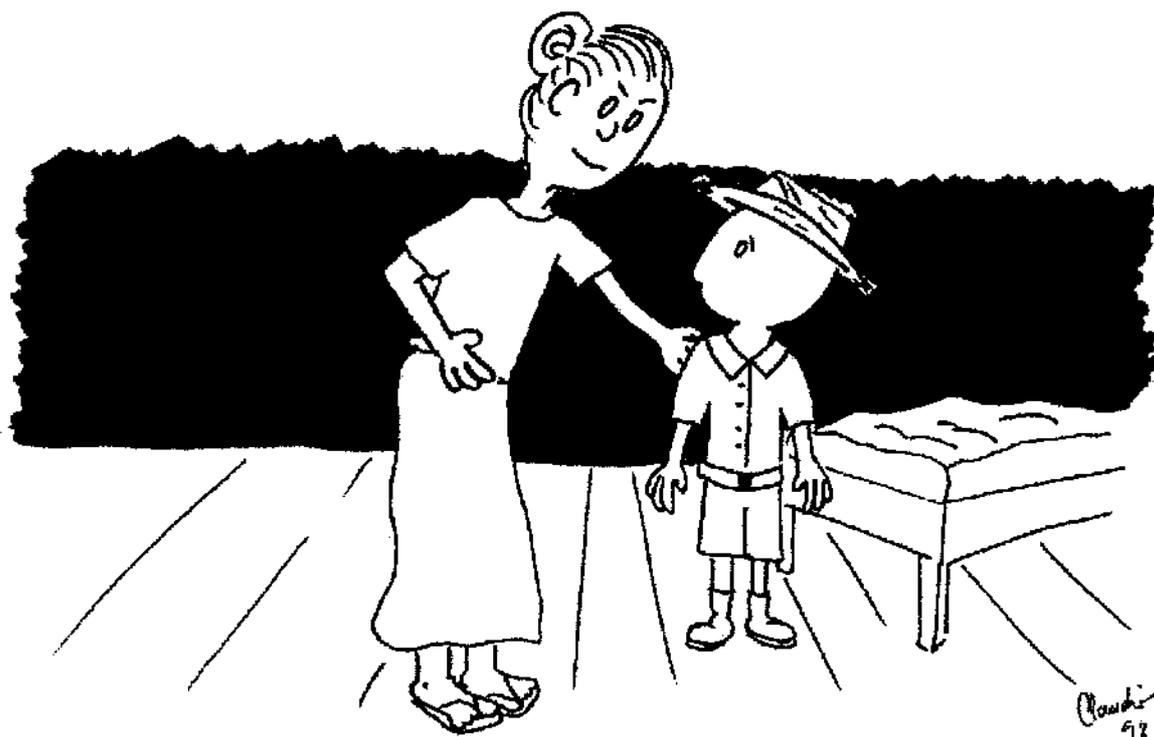
Em 1886 a escola foi apresentada ao menino como um lugar para onde eram enviadas as crianças rebeldes. Esse conceito era viável num período em que os pais se utilizavam de qualquer artifício, inclusive o medo, para impor autoridade. No primeiro dia de aula a mãe o lavou, esfregou suas orelhas e pés vestindo-lhe uma roupa engomada de fustão branco, gorro de palha e um borzeguim roxo nos pés. O menino lembrou-se do professor público, austero e cabeludo arrepiando-se, calculando o vigor de seus braços ao bater-lhe com uma tábua nas mãos. A rebeldia seria domada com a palmatória.

O pequeno Graciliano pensava nas crianças felizes que não precisavam ir à escola, pensava na educação familiar que o tinha feito tão dócil, tão fraco, por isso ele não poderia contestar, espernear ou simplesmente recusar-se em ir. A escola era utilizada pela maioria dos pais para chantagear os pequenos como garantia de bom comportamento; ela era divulgada como um local de castigos e penitências, um local de onde as crianças saíam *educadas*, caso não obedecessem.

Durante os primeiros anos de sua vida Ramos viveu dentro dos padrões da velha sociedade brasileira, caracterizada pela preponderância da família e da autoridade paterna nas relações sociais, e, em consequência, pela grande importância dos chefes na política local, e das oligarquias na política da província, depois, do Estado. Sociedade a cuja lenta mudança assistiu, e de cuja organização participou ativamente, na qualidade de jornalista, administrador e político. Daí a atitude radical que depois assumiu, como receita que lhe pareceu viável para trazer o progresso, - com fim do

caciquismo¹¹ e atenuação da rígida diferença de classes, num país apenas saído do regime de castas da escravidão.

De 1889 a 1930, o Brasil conheceu uma República de cunho acentuadamente federalista, com a hegemonia exercida pelos dois grandes Estados sulinos Minas Gerais e São Paulo e baseada na sua maior prosperidade econômica. A economia assentava-se principalmente no café - principal produto de exportação - e no gado, originando um forte comércio importador e exportador de crédito. Fazendeiros que produziam, comerciantes e banqueiros que negociavam o seu produto, formavam o núcleo das classes dirigentes, exprimindo-se pelos intelectuais - sobretudo juristas, - de aspirações e fraseologia liberais.



¹¹ Atitudes violentas ou arbitrarias de certos chefes políticos denominados pejorativamente *caciques*.

1886 – INÍCIO DA EDUCAÇÃO FORMAL

D. Maria deu uma cadeira ao menino, examinou-lhe a roupa, o couro cabeludo, as unhas e os dentes e em seguida pediu que lesse um folheto antes de questioná-lo se já conhecia as letras. O folheto despertava no menino uma sensação de familiaridade, os sinais se pareciam com os da Carta de ABC mas eram muito mais delgados, finos.

Ramos tentou reconhecer aqueles sinais parecidos com os borrões da Carta, achando tal trabalho inútil. Quando a professora pediu para que lesse o folheto atendeu com satisfação mesmo sem conhecer as letras finas, tamanha era a brandura e mansidão de sua voz, e tão diferente do contato anterior, com as cartas de ABC.

Conforme o autor, felizmente D. Maria encerrava uma alma infantil. Dizendo isso o autor descreve uma professora típica da zona rural do Nordeste que não dominava o conhecimento e que assume uma sala de aula sem ter sido preparada, sem fazer um curso preparatório. Essa característica predominava numa região isolada que possuía poucas escolas e onde o reconhecimento pelo trabalho praticamente não existia. A professora desconhecia até mesmo a palmatória, objeto presente em sala de aula o qual ela apalpava, mordida e observava sem saber responder para que servia, afinal sugeriu que *“talvez aquilo fosse medida para Seu Antônio Justino cortar fumo”* (Ramos, 1993, p. 111).

O primeiro livro de leitura representou um grande progresso num país onde as crianças aprendiam nas Cartas de ABC, ou pior, nos autos amarelados dos cartórios. O autor chamava-se Abílio César Borges, médico e educador, barão com honras de grandeza a partir de 1882 e usava o pseudônimo de Barão de Macaúbas.

Graciliano não chegou a estudar neste primeiro livro, sua professora utilizava folhetos de capa amarela muito parecidos com as cartas. Estes folhetos foram rapidamente vencidos e não encerravam com conselhos, como nas últimas páginas das cartas.

No dia em que D. Maria pediu ao pai de Ramos o segundo livro, este surpreendeu-se e deu ao menino alguns presentes. A chegada do volume pedido pela professora era presságio negativo para o garoto — na capa o retrato antipático e barbudo do Barão evocava a figura do professor, um homem velho de barbas longas visto há três anos na escola em que Ramos e sua família foram acolhidos numa viagem empreendida de Quebrângulo para Buíque.

O menino Graciliano culpa os livros do Barão de Macaúbas pelo fracasso na sua vida escolar e por alguns traços débeis de sua personalidade. Essa sua análise é muito pertinente, pois tais publicações continham sempre lições de moral, boa educação e bons costumes recebidas por animais e objetos animados; supostamente, o Barão teve a intenção de atingir tanto o aspecto lúdico¹², quanto a de impor disciplina imprimindo nas histórias a seriedade, a rigidez e o caráter subserviente da formação até então recebida pelo menino; esta educação no entender de Ramos era a responsável por sua personalidade fraca, sua timidez e inércia diante da vida.

Foi um período de poucos progressos escolares que nem a perseverança da mestra surtiram efeito; sua inércia diante do livro e das lições agravou a imagem que o próprio Graciliano e os outros faziam dele, (...) *“tornei-me um estúpido, creio que me tornei quase idiota, os sentidos embotaram-se e o espírito opaco tomou uma dureza de pedra.”* (Ramos, 1993, p. 115)

¹² Refere-se a jogo, brinquedo.

Ramos terminou o segundo livro de leitura em Buíque, com **D. Marocas**, sua professora; o livro foi editado em Paris em 1866, e posteriormente, no Rio de Janeiro, através da Livraria Clássica Francisco Alves. Seu autor, Barão de Macaúbas, cujo retrato o autor diria em *Infância*, “*aparecia no frontispício do mencionado compêndio escolar, ostentando as barbas consideráveis, a sisudez cabeluda*”, incorporou, além dos contos originais, adaptações de narrativas extraídas de autores norte-americanos e ingleses, traduzidos em linguagem infantil. E ainda conforme Isaías Alves, biógrafo do educador baiano da vila de Minas do Rio de Contas, “*tão boas (foram) as traduções e adaptações que elas perduraram na memória de muitos. Miguelzinho, Jorge, Virgínia, Pedro e Joaquim são a delícia das crianças*”. (Garbuglio, 1982, p. 127)

Entretanto, um desses personagens infantis iria dar origem a uma forte antipatia da parte do menino barrando-lhe, por algum tempo, o caminho das letras, segundo o mesmo mencionaria no seu livro de memórias: O Miguelzinho, protagonista principal de certa “*história de um menino vadio que, dirigindo-se à escola, se retardava a conversar com os passarinhos e recebia deles opiniões sisudas e bons conselhos: - Passarinho, queres brincar comigo? (...) O passarinho, no galho, (respondia) com preceito e moral...*” (Ramos, [1981], p. 31)

O Segundo Livro trazia as regras de pontuação. Eram inúmeras páginas referindo-se à vírgulas, pontos, parênteses e aspas que deixavam o menino sonolento. Somando-se a estas dificuldades, ainda introduziram Camões em manuscritos, numa língua estranha para os alunos que mal conheciam a própria língua.

Conforme Moacyr (1939), a aquisição dos livros do Barão de Macaúbas se deu em 1884 quando o presidente da Província Sr. Henrique de

Magalhães, notando a falta de livros escolares e sem meios financeiros para adquiri-los, escreve ao referido Barão pedindo uma redução nos preços. *“Como era de esperar, da reconhecida generosidade daquele cavalheiro, sua resposta não se fez esperar”* (Moacyr, 1939, p. 616), cederia seus livros de primeira, Segunda e terceira Leitura, Gramática portuguesa com 50% a 60% de desconto e oferecia para gratuita distribuição pelas escolas vários exemplares de sua Geometria prática, Aritmética escolar, Lusíadas de Luiz de Camões e Tratados de leitura em voz alta que somavam cinco mil volumes.



EDUCAÇÃO EM VIÇOSA

Alagoas apresenta três regiões naturais muito típicas: a do litoral, majestosamente pontilhado de coqueirais que se curvam sobre suas praias geralmente límpidas cujos habitantes compreendem basicamente duas classes, a dos incultos, dedicados à vida pesqueira e a dos que procuram a instrução e o empreguismo na cidade grande; a região da mata, que é a zona de produção agrícola (cana-de-açúcar e algodão) e cujos habitantes apresentam uma distinção nítida entre senhores proprietários de usinas, engenhos e terras cultivadas, e trabalhadores incultos, braçais, penhorados num regime de semi-escravidão; e a região do agreste, que é a zona sertaneja de extensos horizontes e de maior altitude e onde predomina a produção pastoril havendo, também, produções agrícolas variadas (milho, feijão, algodão, mamona, farinha); seus habitantes têm entre si relações que se entrelaçam em razão do compadrio de amizade ou parentesco.

Das pessoas sem ocupação específica como, por exemplo, o negociante ambulante, o trocador de animais, o atravessador ou salteador é que surge o fenômeno do cangaço: ele nasceu especificamente na zona da produção pastoril do Nordeste e no final do século passado e início deste. Os chefes de bandos eram senhores de consideração, homens de boas famílias perseguidos por adversários políticos que eles juravam eliminar. O cangaço era um fenômeno social, que se agravava por motivos de ordem econômica. Os cangaceiros se caracterizavam por ser bandoleiros organizados, mas que ao mesmo tempo protegiam e exploravam alguns proprietários de terras e fazendas, livrando-os inclusive do saque dos salteadores, em geral pobres e necessitados. Lampião foi um modelo de passagem do cangaço organizado e em defesa da justiça própria e de outros, para o da bandalheira e perversidade

de atitudes. O cangaço deixou de ser então uma ideologia para se tornar um fato de natureza econômica ampliado por motivos de ordem social.

Ramos observou esse fenômeno mais de uma vez, e diferenciou o tipo cangaceiro do século passado, do cangaceiro de sua época. O primeiro atuava como um espécie de Quixote que se opunha às injustiças e procurava corrigir as questões de honra e desavenças políticas; era um tipo relativamente bem estabelecido que se aliava ao grupo de parentes desejosos de eliminar os abusos da polícia; o segundo era um indivíduo que lutava em defesa de sua própria organização econômica, mostrando-se truculento e selvagem, mesmo quando lutando por alguma desfeita de honra; era um indivíduo notoriamente decadente (este é o modelo de Lampião).

Em novembro de 1899 mudou-se com a família de Buique para Viçosa, na zona da mata alagoana onde permaneceram hospedados num engenho durante meses, até seu pai construir a casa na R. Juazeiro, bem próximo à cadeia e instalar loja na cidade.

Foi matriculado no mesmo ano na escola pública da Professora Maria do Ó, onde iniciou os caminhos pelo Terceiro livro de leitura. A professora tentou resumir e explicar a literatura do Barão, mas era impossível interpretar os termos dicionarescos e a linguagem dos doutores que se encerravam naquelas páginas. O autor compara o livro ao enigma do catecismo onde muitos assuntos eram descritos como “misteriosos” e, refletindo, atribui a si próprio a responsabilidade por não aprender. Afinal o Barão era um homem sábio, coberto de responsabilidades. Pensava que se o catecismo tivesse algum significado, se apegaria a Deus para se livrar do Barão de Macaúbas.

Maria do Ó era uma mulata fosca, robusta em demasia, criatura vigorosa; um rigor manifesto em repelões, berros e palmatórias distribuídos aos mais de sessenta alunos dentro da sala. Na cozinha da escola, que era também

sua casa, três mulheres, tias da professora, torravam milho no pilão, misturavam com fubá e colocavam a massa amarga e pegajosa em caixinhas que eram vendidas aos alunos, complementando ou até superando os ganhos como professora.

A figura da professora Maria do Ó retrata bem a situação do ensino e da formação dos professores na zona rural do Nordeste. As instalações escolares eram precárias, em cômodos da casa do próprio professor, não havia cadeiras, lousas, giz; os salários eram tão baixos que os professores tinham que exercer outras atividades para a complementação; os longos períodos de seca afugentavam os alunos que adoeciam ou que muitas vezes não tinham o que comer.

Em 1900 foi transferido para a escola do Professor Batista pelo fato de a família ter se mudado para a rua da Matriz. Divagando, “sapecou” o resto das histórias espessas, surdo aos conselhos que havia nelas. “(...) *Despedi-me enfim do Barão de Macaúbas, larguei a cartonagem, respirei (...).*” (Garbuglio, 1982, p. 184)

O novo mestre era mulato, um tipo mesquinho, de voz fina, modos ambíguos, usava pó-de-arroz para clarear a pele do rosto e passava os dias alisando os cabelos crespos envolvidos em banha e azeite. Vivia a mirar-se no espelho procurando uma beleza que certamente ali não se encerrava.

Quando o espelho não o refletia liso e alvacentos o mestre azedava, repentina aspereza substituía a doçura comum, então segurava a palmatória como se quisesse derrubar com ela o mundo. A meia dúzia de alunos tentava esconder-se uns atrás dos outros, mas o professor forçava-os a repetir uma frase dez vezes, consertava furiosamente a pronúncia, punha notas baixas nas escritas e rasgava-as.

As exigências do professor findavam quando enxergava-se atraente e as complicações do livro perdiam-se enquanto o espírito vagaroso do menino andava pelos atoleiros da cidade, à estação de trem, ao mercado, às lojas, aos armazéns, à agência do correio, passeava nos montes verdes, nas margens do rio largo e pedregoso, e foi assim, divagando, que Graciliano terminou as espessas histórias do Barão de Macaúbas, surdo aos conselhos que ali se encerravam.

Aos nove anos, Ramos ainda se considerava analfabeto e inferior aos vizinhos Mota Lima; filhos de médico, os garotos, na sua visão eram perfeitos, sempre limpos, riam alto, freqüentavam escola decente.

Ainda na fase de seu aprendizado na cidade de Viçosa em 1901, Ramos foi matriculado numa escola de ponta de rua; as aulas eram ministradas por Dona Agnelina, ajudada por sua filha tão ignorante quanto os alunos; eram cinco horas de suplício sentados em bancos duros sem encosto, às vezes molhados.

“Não há pior que uma escola primária do interior”, reclama o autor, e aos nove anos, considerado analfabeto, abandona os cadernos, e quanto a D. Agnelina acrescenta que apesar de *“professora atrasada possuía raro talento para narrar histórias de Trancoso”*, de que deu provas nas visitas, feitas à residência de seu aluno, onde se demorava até meia noite (prendendo-o) com lendas e romances, que estirava e coloria admiravelmente. Admitiu, contudo, que a mestra com isso praticamente nada lhe ensinara, mas transmitira-lhe afeição às mentiras impressas.

O pai de Ramos ordenou durante várias noites que ele lesse um grosso volume, depois de mastigar a leitura, gaguejando, indiferente à pontuação; saltando e repisando linhas o pai explicava-lhe do que se tratava a história, resumindo a parte já lida, traduzindo em “linguagem de cozinha”

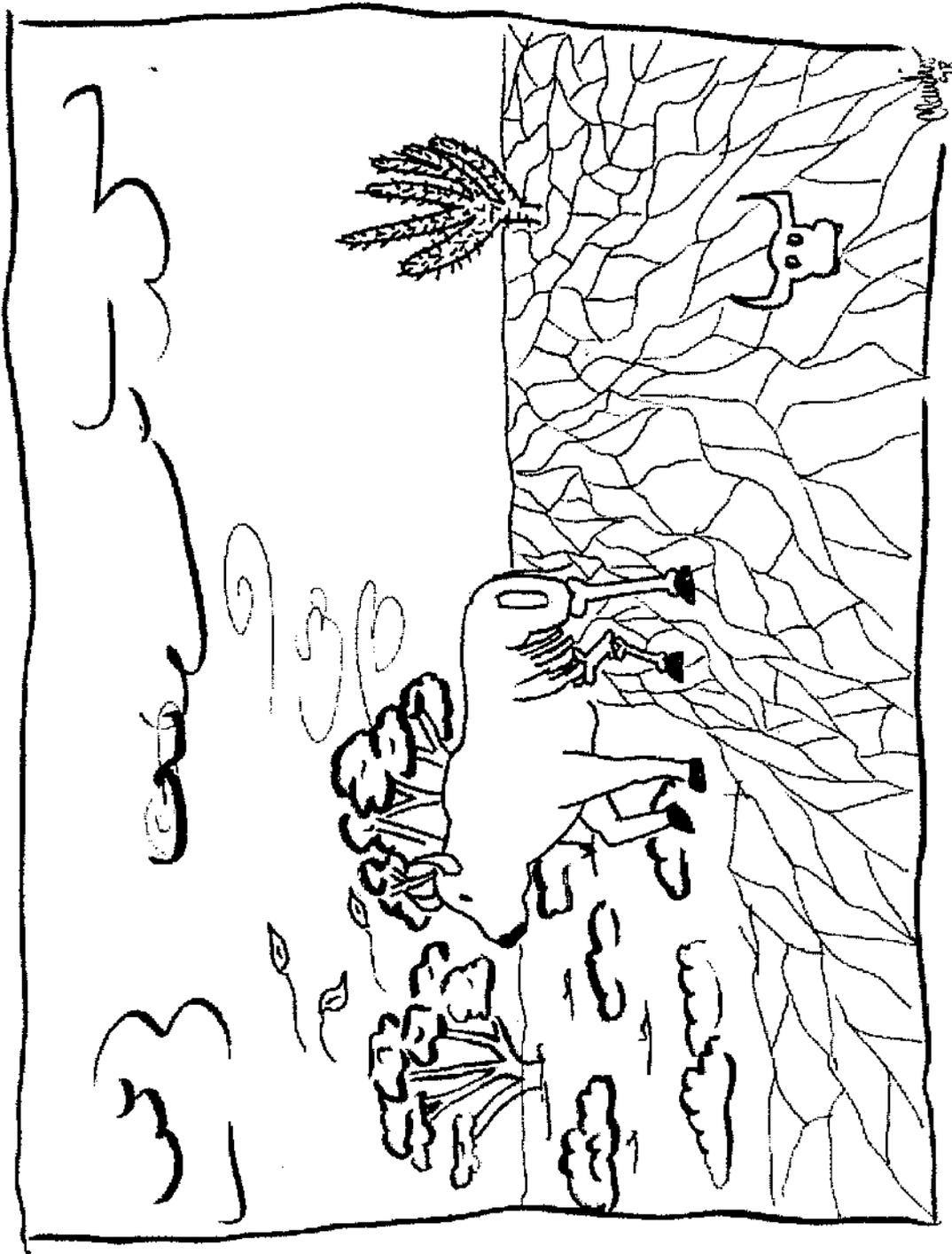
várias expressões literárias. A disposição do pai, porém, variava de acordo com o andamento dos negócios e em pouco tempo tal procedimento foi interrompido, para decepção de Ramos.

Diante da mágoa pela interrupção da leitura, Ramos pede à prima Emília que o ajude na leitura alegando ser bruto em demasia além da fraqueza mental (incutida por familiares e professores durante todos estes anos); esta por sua vez o faz refletir falando dos astrônomos, indivíduos que percebiam tudo do céu e se eles enxergavam coisas tão distantes, porque o primo não conseguiria adivinhar a página aberta diante dos seus olhos? Se ele conhecia as letras, porque não saberia reuni-las e formar palavras?

Depois de imaginar os astrônomos lendo tudo do céu, o menino pega o romance da cabeceira de seu pai e vai esconder-se no quintal com os personagens que vagarosamente cresciam e penetravam a “inteligência espessa” do menino.

Simultaneamente a esse período de leituras espontâneas o pai de Graciliano o tira da escola de D. Agnelina e juntamente com o primo José começam a ter aulas com Sr. Rijo, aposentado, rábula¹³ distinto que conquistou a confiança do menino pela sua firmeza, nunca se contradizendo das explicações já dadas, mesmo não tendo paciência de esperar resposta quando fazia alguma pergunta.

¹³ Indivíduo que advoga sem possuir o título profissional.



VI- ADOLESCENTE

Aos 12 anos, o autor é matriculado no Internato Alagoano do professor Jovino Xavier de Araújo em Viçosa. Nessa escola que foi fundada em 09/06/1902, Ramos teria como colegas, entre outros, Caetano de Campos, Valverde Brandão, Joaquim Pinto da Motta Lima, Cícero Feitosa, Cícero Teixeira de Vasconcelos.

Ao chegar no internato Ramos teve seu primeiro teste, o diretor ditou para os novatos meia dúzia de linhas e ao tentar corrigir o do menino horrorizou-se e escreveu “incorrigível” na margem do almanaque.

A transição da infância para a adolescência, foi para ele um período de intensas leituras, o qual registraria em suas memórias. Lia jornais e almanaques, pois não havia livros. Nessa época, na pequena Viçosa, poucos possuíam bibliotecas, o tabelião Jerônimo Barreto Falcão era uma dessas pessoas. Desejoso de obter material para leitura Ramos consegue vencer sua timidez e após munir-se de coragem solicita ao tabelião um livro, assegurando-lhe que não dobraria as folhas e não as estragaria com saliva. Jerônimo entregou-lhe O Guarani e convidou-o a voltar.

Assim Ramos percorre diversos caminhos literários: Joaquim Manoel de Macedo, Júlio Verne, Ponson du Terrail em folhetos devorados na escola, nas laranjeiras do quintal, nas pedras do Paraíba, na loja do pai. Em poucos meses lia todos os livros daquela biblioteca que lhe oferecera tantas provisões de sonhos.

Enquanto seus colegas de classe “declamavam” capitais, rios da Europa, Governadores-gerais, guardavam maquinalmente façanhas portuguesas, francesas e holandesas e regras de sintaxe, Graciliano viaja junto com os personagens dos livros que escondia no meio do atlas.

Juntamente com seu primo Cícero Vasconcelos e por sugestão de Mário Venâncio (que além de funcionário postal lecionava Geografia naquele educandário), Ramos funda O Dilúculo, modesto jornal daquele Instituto, pelos dois dirigido e redigido e que a partir de 1905 passa a ser de redação e propriedade exclusiva de Ramos. Dele saíram de 24/06/1904 a 16/04/1905 dezessete números. As crônicas escritas nesse jornal eram revisadas por Mário Venâncio, um humilde funcionário postal, admirador de Coelho Neto que muito o encorajou para ser escritor dizendo que via nele sinais de Aluísio Azevedo e Coelho Neto.

Acerca de seus primeiros trabalhos literários, o menino Ramos confessa a influência que Mário Venâncio teve em sua formação intelectual. Mais tarde o funcionário do correio seria título e personagem central de um dos derradeiros capítulos de sua autobiografia *Infância*.

Um dos pontos de reunião dos jovens daquele lugar era a Sociedade Recreativa Instrutora Viçosense, situada em um dos salões do Colégio S. Francisco: dispunha de uma vasta sala que constituía a biblioteca, ao centro uma mesa comprida cheia de jornais e revistas locais e estrangeiros que eram recebidos gratuitamente.

Ramos passa o ano de 1905 internado num educandário de Maceió de onde se tem poucas informações; sabe-se, conforme Moacyr (1941) que os colégios de ensino secundário foram divididos em dois ciclos, sendo que o primeiro ciclo compreendia uma base comum de instrução e as aulas nele ministrado seriam organizadas de tal forma que no final do período o aluno possuiria um conjunto de conhecimentos considerado como “uma educação regular”. Se após esse período o aluno não se adaptasse ou as condições econômicas da família não lhe permitissem continuar o curso, ele já teria uma

boa soma de conhecimentos que lhe seria de grande utilidade no exercício de suas faculdades para o trabalho.

Neste primeiro ciclo, o plano de estudo continha as disciplinas de português, inglês, francês, cálculo aritmético e algébrico, geometria plana e geral, geografia e história do Brasil, desenho e de latim que se limitava à tradução de livros elementares.

Este primeiro ciclo era em regime de internato, já o segundo, que compreendia três anos era em regime de externato. São três as possíveis causas pelas quais Graciliano não continuou os estudos em Maceió: desinteresse pela vida acadêmica (que nunca o entusiasmou), problemas econômicos da família ou a presença do regime de externato que dificultava a permanência do menino na capital.

Retorna a Viçosa em 1906, onde se tornara leitor dos mestres do Realismo: Balzac, Eça de Queiroz, Zola e o consagrado escritor francês Flaubert, autor do livro *Madame Bovary*, enquanto que no plano nacional o futuro romancista confessaria a influência exercida por Adolfo Caminha e Aluísio Azevedo. Permanece algum tempo com a família nesta cidade enquanto seu pai retorna a Palmeira dos Índios para se instalar e montar a loja para depois mandar buscá-los.



Wendy
2018

VII- O JOVEM GRACILIANO

Ramos chega na cidade de Palmeira dos Índios no dia do seu 18º aniversário, 27/10/1910 com o propósito de ajudar o pai, radicado há pouco como comerciante de tecidos e miudezas. Além de cuidar da loja do pai, lecionaria Português à noite.

Aos 18 anos, na *Gazeta de Notícias*, em artigo denominado “O Momento Literário”, Graciliano Ramos confessa sua predileção por Aluísio Azevedo, declarando, porém, que também admirava outros escritores nacionais e estrangeiros, assegurando haver dominado sobre ele “o *realismo de Adolfo Caminha, do qual citou o romance naturalista Bom Crioulo, de 1895 e a linguagem sarcástica de Eça de Queiroz*”; e alegou ser ele “o mais sincero de quantos manejavam a pena em nosso país, (...) porque em sua vasta, e fecunda obra, existia o que havia de mais verdadeiro e mais simples” (*Garbuglio, 1982, p. 24*), asseverando ter sido o livro **Casa de Pensão** o que deixara mais viva impressão em seu espírito.

Quando questionado sobre a escola literária do futuro, opina que a ideal é a que fosse mais sincera, mais simples, mais verdadeira, arrematando:

“prefiro o realismo, repito, e creio que o realismo será a escola do futuro. Será a escola que, rompendo a trama falsa do idealismo, descreva a vida tal e qual é, sem ilusões nem mentiras”, (...) “dizem por aí que os realistas só olham a parte má das coisas. Mas que querem? A parte boa da sociedade quase não existe. De resto, é bom a gente acostumar-se logo com as misérias da vida. É melhor do que o indivíduo, depois de mergulhado em pieguices românticas, deparar com a verdade nua e crua”.
(*Garbuglio, 1982, p. 35*)

O Realismo é uma manifestação literária que teve lugar no final do século XIX. Neste período a classe média passa a ocupar posição de destaque no cenário histórico, apropriando-se do espaço até então reservado à aristocracia e ao clero. Por outro lado, vislumbrando o ponto de vista econômico, a força do capital começa a exercer seu domínio – tudo tem que se reduzir a um denominador comum: o dinheiro. O capitalismo industrial, na figura da empresa, impõe seus interesses em detrimento de quaisquer aspirações individuais.

Convém atentar para a importância da produção científica da época que arrasava dogmas há muitos reinantes. Darwin, por exemplo, com sua *Origem das Espécies* contesta a tese da criação divina. Aparece também a corrente filosófica tendente a utilizar métodos das ciências exatas em suas elaborações...

O positivismo considera válidos os conhecimentos que sejam empiricamente provados, resultando, portando numa visão materialista do mundo. A arte do Realismo rechaça o sentimentalismo e começa a assumir engajamento político-social, e o artista passa a guiar-se pela observação analítica dos fatos. As principais conseqüências dessa postura são as seguintes: o narrador é imparcial e impessoal; os personagens retratam os indivíduos comuns, geralmente determinados pelo meio em que vivem.

Em 1911, Sebastião Ramos aluga uma casa em Palmeira dos Índios e traz toda a família de Viçosa. Nesse período Ramos colaborou na revista *O Malho*, do Rio de Janeiro; no *Jornal de Alagoas*, na *Revista Argos* e no *Correio de Maceió*, sob diferentes pseudônimos, e foi também nesse período que foi para o Rio de Janeiro buscar horizontes mais amplos, especificamente a imprensa carioca que conforme sua carta enviada a Ramos pai em 21/08/1914 reportava a dificuldade de conseguir um emprego público, asseverando

pretender “*procurar alguma coisa na imprensa, que (então) , com a guerra, estava boa a valer, pensava*”. (Ramos,[1981], p. 29)

Em maio de 1913, volta a Buíque onde permanece por um mês, e dessa visita faria registro na composição poética Ritorno, divulgada em 09/08/13 na revista O Malho sob o pseudônimo Soeiro Lobato. Nesse período temos um Ramos clássico, fortemente marcado pela influência de escritores portugueses, que exerceram grande predomínio sobre os nossos homens de letras do final do século XIX e início do seguinte.

Nesse mesmo ano, se enamora de Maria Augusta Amorim de Barros, filha de um pequeno agricultor e criador, cujas características relata segundo Baby Paes Fontenelle, em livro de memórias, como uma jovem de “*cabelos ondulados, espessos e com tonalidade de cobre polido e olhos castanhos, cor de charutos de Havana*”. (Garbuglio, 1982, p. 33)

Em 1914 vai para o Rio de Janeiro com seu amigo de adolescência em Viçosa, Joaquim Pinto da Motta Filho, onde residiu por um período de um ano, em três endereços diferentes. Ingressou como “foca” (repórter novato) no *Correio da Manhã* passando a suplente de revisão, cargo este ocupado também em *O Século* e *A Tarde*. Simultaneamente, colaborou com o periódico fluminense *Paraíba do Sul* e no *Jornal de Alagoas*, de Maceió, sob as iniciais R.O, de Ramos de Oliveira, colaboração que seria reunida em volume após sua morte, sob o título *Linhas Tortas*.

No Rio, Ramos relata o desespero do amigo Joaquim Pinto da Motta Lima Filho para regressar “*Esse desejo doido de voltar para a aldeola que ficou lá, muito longe, entre montanhas, é uma coisa muito natural. Ele, eu, todos enfim, temos essa nostalgia que nos faz rever a torre da igreja, as paredes brancas do cemitério, os atalhos verdes semeados de florinhas. Mas a gente reage, faz-se forte e ...fica*”. (Ramos, ,[1981], p. 36)

A guerra de 1914 (Primeira Guerra Mundial) incrementou a indústria incipiente, com aumento na densidade numérica e espiritual de um proletariado, que se manifestara desde os primeiros anos do século como força nova em gestação. A par e passo, esboçava-se o novo grupo dos industriais, em grande parte de origem estrangeira, que aproveitou o conflito europeu a fim de lançar no mercado os bens manufaturados em falta.

Já em 1915, em correspondência enviada ao pai, afirmou que, se de Palmeira recebia freqüentes conselhos e pedidos de regresso, no Rio, estavam sempre aconselhando que ficasse, para finalmente concluir que “*O que é mau é abandonar a gente uma coisa que começa a aparecer depois de uma espera longa...*” (Ramos, [1981], p. 64)

No mesmo ano, em setembro, Ramos retorna a Palmeira dos Índios, depois do falecimento, num surto de peste bubônica, dos irmãos Clodoaldo, Otacília e Leonor e de um sobrinho; Heleno, filho dessa última, com quem mantivera freqüente correspondência, lá encontrou Maria Augusta que abnegadamente dera assistência à família. Diante da tragédia, Ramos retoma o comércio da família, e em outubro desse mesmo ano, na presença de poucos, casa-se com Maria Augusta, que conhecera adolescente ainda e que viria a falecer dali a cinco anos, depois de dar à luz quatro filhos, Márcio, Júnio, Múcio e Maria Augusta.

Sebastião Ramos, a 30 de abril de 1917, torna pública através de Declaração datada de 06 de maio de 1917 que o antigo sócio Ramos passa a negociar por conta própria, em firma individual, desaparecendo a anterior, Ramos & Filho.

Após alguns anos Ramos volta a divulgar suas produções literárias, agora em *O Índio*, o que fez durante os quatorze números iniciais desse

periódico, classificado em epígrafe como “Jornal independente, literário e noticioso.”



VIII- ADULTO

No ano de 1919, o ambiente em que Ramos teve participação foi de grande efervescência político-cultural. Vivendo num mundo conturbado entre as duas Guerras Mundiais, no campo político havia acirrada contestação aos regimes estabelecidos. O rescaldo da Primeira Guerra Mundial gerou em todo os povos o desejo e a revivescência do sentimento nacionalista. Uma organização político-social mais justa era não só o anseio de todas as nações, mas a insistente pregação das elites interessadas. Para as nações beligerantes, o patriotismo exacerbado assumiu formas agressivas, como o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha. Outras nações, que assistiam com uma certa distância essa hecatombe mundial, desenvolveram um patriotismo que buscava a originalidade das coisas nacionais, como no caso do Brasil. Em “Crônica das Províncias do Brasil”, Manuel Bandeira afirmava que “*o sentimento nativista exprimiu-se nas artes por uma volta aos assuntos nacionais*”. (Amaral, 1979, p. 29)

Num desabafo, o autor, sob pseudônimo de J. Calisto, na seção *Traços a Esmo*, do semanário palmeirense *O Índio* no ano de 1921, expressa seu ódio sobre sua educação infantil, todo o seu rancor pelas “seletas clássicas” que os escolares de sua época eram obrigados a deletrear, confessando “*(votar) ao ilustre educador Abílio Borges uma profunda aversão*”, a ponto de afirmar: “*Nunca perdoarei àquele respeitável barbaças as horas atroztes que passei a cochilar em cima de um horrível terceiro livro que uns malvados me meteram entre as unhas.*” E mais adiante, após referir-se ao seu período de infância, “*maus tempos em que nos habituaram a confundir a escola com o cárcere e nos forneceram a noção de que o professor é uma espécie de lobisomem*”, a incutir em cérebros em formação

“aquela mistura de deuses do Olympo, pretos africanos, o Gama ilustre, o gigante Adamastor, o rei de melinde, a linda Ignez e seu gago amante”, acrescentou: : “Com franqueza, é demais! Perdoem-me as cinzas do zarolho gênio, mas eu não sei se o meu ódio a ele era menor que o que me inspirava o Barão de Macahubas (sic)...” (Garbuglio, 1982, p. 94)

Em fevereiro de 1922, nas dependências da Intendência Municipal de Palmeira dos Índios, Ramos voltou-se para o magistério, passando a lecionar português, aritmética, história, geografia e francês a um grupo de comerciários e pequenos negociantes da localidade, integrado, entre outros, por João Moraes, Jovino Melo e Cícero Silva Pereira com quem servira o Tiro de Guerra durante o período de 1920/1921.

No Brasil, o primeiro episódio do Tenentismo e a revolta do Forte de Copacabana, no ano de 1922, vêm juntar-se ao movimento intelectual que escritores e artistas promovem sob a influência européia: O Movimento Modernista. A Semana de Arte Moderna em São Paulo, em fevereiro desse ano, faz alarde de todo tipo de contestação: literária, artística, política. A burguesia paulista torna-se mecenas desse Movimento Modernista. Em 1924, insurge o segundo episódio do Tenentismo e as camadas proletárias da população se organizam e fundam o Partido Comunista.

O Tenentismo foi um movimento que eclodiu no Brasil entre os oficiais mais jovens das Forças Armadas, sobretudo tenentes, e que desempenhou importante papel no período compreendido entre os anos de 1922 e 1934. As articulações dos tenentes contaram com a adesão de militares de patente superior e de civis oriundos da pequena burguesia. A plataforma política do movimento, embora pouco clara e desarticulada, propunha, entre outras reformas, maior centralização do Estado nacional, uniformização da legislação do sistema tributário e a instituição do voto secreto. Marcados, no

entanto, por uma visão elitista, os tenentes não formularam uma estratégia de incorporação das grandes massas populares ao movimento, ao contrário, sua prática orientou-se mais para as ações militares diretas, entre as quais destacam-se, por sua importância e extensão, o levante dos Dezoito do Forte, em 1922, e a Revolução de 1924, que, no ano seguinte, teria prosseguimento com a formação da Coluna Prestes. Após a criação da Aliança Liberal e, a seguir, com a eclosão da Revolução de 30, o Tenentismo cindiu-se em duas correntes principais: de um lado os partidários da Aliança Liberal e de outro uma minoria de radicais liderados por Luís Carlos Prestes que ingressaram no Partido Comunista Brasileiro.

PREFEITO DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

Por ato governamental do dia 03 de novembro de 1926, Ramos foi nomeado Presidente da Junta Escolar de Palmeira dos Índios permanecendo no cargo durante aproximadamente um ano, período do qual não se tem informações. A 07 de novembro de 1927, na qualidade de candidato do Partido Democrata, é eleito prefeito de Palmeira dos Índios sendo empossado em 1928. Permaneceu no cargo até 10 de abril de 1930 quando renunciou.

Em dois anos de administração, Ramos enfrentou vários obstáculos dentro e fora da Prefeitura; assumiu uma administração desorganizada e sem regras, pois não haviam registros de devedores do município os quais saldavam seus débitos à revelia. Ramos alegava que efetivamente havia inúmeros prefeitos, tais como, os cobradores de impostos, o comandante do destacamento, os soldados, entre outros. Lutou com tenacidade para que essas anomalias desaparecessem.

Durante sua gestão, Ramos casou-se eclesiasticamente com Heloisa Leite de Medeiros e iniciou a construção de uma estrada que ligava Palmeira dos Índios a Santana do Ipanema; antes de seu término, a 10 de abril de 1930, renunciou ao cargo.

No período em que Ramos atua na educação e política, o Brasil passa por muitas transformações que refletem diretamente nesses setores. Conforme Viana (1988), a crise mundial de 1929 abalou o nosso principal produto de exportação e desnudou os anacronismos da organização política, ainda bem próxima do que era sob o Império, incapaz de solucionar o desequilíbrio econômico. Em 1930, um movimento revolucionário põe abaixo as oligarquias estaduais, altera o equilíbrio tradicional da política entre os dois estados mais fortes, e dá lugar a um momento de esperança política e social da

nossa história. Nas idéias, na educação, na literatura, nas artes, os fermentos que vinham avolumando desde 1920 passaram ao primeiro plano, enquanto na política se entevia a vitória das idéias liberais.

“Tendências autoritárias de um lado, nostalgias oligárquicas de outro, certa confusão das novas orientações, que deram lugar a uma inquietação que desfechou-se com o movimento paulista de 1932, em prol da imediata reconstitucionalização e (depois de breve intervalo constitucional de 1934 a 1937) do estabelecimento de uma ditadura em moldes mais rígidos que os do Governo Provisório oriundo da revolução de 1930. Coube a esse regime autoritário (1937 - 1993), que amordaçou a opinião e suspendeu as garantias democráticas, presidir a transformação econômica da nossa história, motivada pela Segunda Guerra Mundial, que nos atirou na industrialização, superando a velha sociedade de base agrária.” (Viana, 1988, p. 35)

A sociedade nova no Brasil apresentava uma grande diversidade, podendo-se observar, ao mesmo tempo, áreas que mantêm os mais velhos padrões, e outras cuja fisionomia é das mais modernas do mundo. Em média, nas regiões e setores que representam de fato a linha de progresso, passamos duma sociedade tradicional para uma sociedade urbana industrializada - com formação de mercado interno para os produtos manufaturados, elevação dos níveis de vida, rápidos e abundantes meios de comunicação, difusão do saber, progresso da cultura técnica, diminuição crescente dos analfabetos, medidas saneadoras de higiene. O velho Brasil, que Ramos viu ao nascer era, quando ele morreu, uma nação aberta ao ritmo do progresso moderno, ligada aos movimentos materiais e espirituais do tempo. Do seu Quebrângulo natal ao Rio

de Janeiro em que faleceu, viu a gestação e parto, nem sempre fáceis, de uma nação moderna.

Economicamente, começam a desenvolver-se as relações capitalistas que a burguesia almejava. A Revolução de 1930 foi um importante acontecimento político porque colocava uma pequena burguesia à frente de certas normas, descompromissada com o regime estabelecido. Coube a esta Revolução acelerar o desenvolvimento das relações capitalistas. Como consequência, teve início o crescimento não só quantitativo mas também qualitativo das camadas burguesas e do proletariado.

Um pouco antes, os conflitos deflagrados nas Revoltas de Canudos e do Contestado chamavam a atenção de todo País para a situação deprimente das massas rurais. A marcha dos Tenentes da Coluna Prestes salientou e fez compreender mais de perto a questão agrária dos camponeses. Sob o domínio do latifúndio, o proletariado rural se reduzia à condição de escravo de gleba. A plataforma política de Getúlio Vargas viria fascinar e depois iludiria todos esses necessitados. Enquanto isso, a crise econômica assolava o país e consubstanciava-se com a queda dos preços do café nos mercados externos. A dívida nacional cada vez mais aumentava e toda produção nacional revertia em pagamentos dessa dívida.

A revolução de 1930 interessou também pela conquista do público através dos escritos publicados pelos romancistas nordestinos. Suas obras documentavam a condição econômico-política do país. O romance nordestino na fase histórica de 1930 a 1993 desponta como o documentário social da época, principalmente com Jorge Amado, José Lins do Rego e Raquel de Queiróz. Dentre esses, Ramos aparece como o escritor que, além da focalização regionalista própria, prima pelo valor artístico da obra. O conteúdo

documental une-se à forma estilizada do grande escritor, ganhando relevo em relação aos demais.



Grupo de trabalhadores empregados pelo Prefeito Graciliano na construção da estrada Palmeira dos Índios-Santana do Ipanema.

A REVOLUÇÃO DE 30 E A IMPRENSA OFICIAL

Em maio desse mesmo ano, depois de renunciar à comuna palmeirense, nosso literato decidiu mudar-se para Maceió; dois dias após assume a direção da **Imprensa Oficial**, cargo que ocupou até 24/12/31. Em 1932 junta-se, na capital alagoana, a um grupo de intelectuais, integrado por Alberto Passos Guimarães, Aloísio Branco, Aurélio Buarque de Holanda, Carlos Paurílio, Jorge de Lima, José Lins do Rego, entre outros.

Em setembro de 1930, após a morte de seu segundo filho, a esposa Heloísa Ramos foi recuperar-se do rude golpe na casa de sua avó Austrelina Leite de Medeiros, em Pilar, para onde levou apenas três dos cinco filhos do primeiro casamento do marido, Múcio, M. Augusta e Ricardo, ficando com Ramos, na capital maceioense, os dois mais velhos: Márcio e Júnio, que estudavam no Liceu Alagoano.

“O Governo procurava incutir na população uma imagem de tranqüilidade que destoava do próprio clima observado no Palácio do Governo; o centro da cidade era só interrogação e apreensão, com ajuntamento de populares para os lados do Grande Ponto, do Relógio Oficial. Maceió estava sabendo que o movimento (revolucionário) se fazia no Norte e no Sul”. (Garbuglio, 1982, p.32)

A Revolução de 30 explodiria simultaneamente em Minas Gerais e Rio Grande do Sul a 03 de outubro. Na madrugada do dia seguinte foi a vez da Paraíba, e logo se expandiu por outros Estados nordestinos: Ceará, Maranhão, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

A capital pernambucana finalmente caiu em poder das tropas revolucionárias, o que veio trazer desânimo entre aqueles que ainda esperavam

a vitória das forças governistas. E na tarde do dia 10 do mesmo mês um avião sobrevoou Maceió jogando boletins escritos em vermelho nos quais o General Juarez Távora, chefe da Revolução no Norte do Brasil, conclamava o povo a aderir à Revolução, terminando por fazer ao governo de Alagoas o humanitário apelo para que *poupasse* à família alagoana dias de desespero e de luto! (Texto redigido por Ramos).

O Governador Álvaro Paes se retirara do Palácio do Governo , acompanhado dos secretários do Interior, da fazenda, do Prefeito de Maceió e do Comandante da Guarda Civil. Embarcaram num iate rumo a Penedo já na madrugada do dia 11/10. Ao Coronel Pedro Reginaldo Teixeira, comandante da Força Policial do Estado e major do exército, o Governador Álvaro Paes endereçou um bilhete: *“Compreendendo claramente que vou ficar entre dois fogos e não querendo ser arrastado a uma renúncia forçada, vou sair para fazer o meu protesto onde for possível e pedir a intervenção federal”*. (Garbuglio, 1982, p. 25)

Na tarde do dia seguinte, procedente do vizinho estado de Pernambuco, na capital maceioense entrou a primeira coluna revolucionária, com pouco mais de cem homens, sob o comando do tenente-coronel Aloísio de Andrade Moura.

A 13/10, depois do meio dia, chegou uma segunda coluna, com efetivo superior a mil homens, paraibanos e pernambucanos, transportados em cerca de setenta caminhões e automóveis. Um dia após, chegaram o General Juarez Távora e o Dr. José Américo de Almeida, respectivamente Chefe Militar e Chefe do Governo Provisório da revolução, no Norte do Brasil, além de vários trens com tropas que eram sucessivamente enviadas a Sergipe e Bahia. Às 15 horas desse mesmo dia, perante o povo maceioense, reunido na Praça Floriano Peixoto, o General Juarez Távora aclamou o Governo

Provisório de Alagoas: Governador do Estado, Dr. Hermillo de Freitas Melro, Secretário do Interior, Dr. Orlando Valeriano de Araújo e Secretário da Fazenda, Dr. Alfredo de Maya, que desde logo foram empossados.

Dias depois da fuga do Governador Álvaro Paes, Ramos decidiu representar um papel na peça que ele próprio, em carta dirigida à sua esposa, assegurara estar finda. Acompanhado do Comandante da força Policial Militar, do Estado, o já aludido Coronel Pedro Reginaldo Teixeira, com dois outros oficiais e alguns praças, dirigiu-se a Palmeira dos Índios, a fim de tentar organizar um foco de resistência à revolução. Antes de partir orientou a esposa, então já de volta de Pilar, para não sair de casa com as crianças, manifestando igualmente sua preocupação para com os *Caetés* (livro que estava sendo escrito por Ramos), recomendando que guardasse os originais do romance, o que atesta o apreço nutrido pelo seu primeiro rebento literário de maior fôlego.

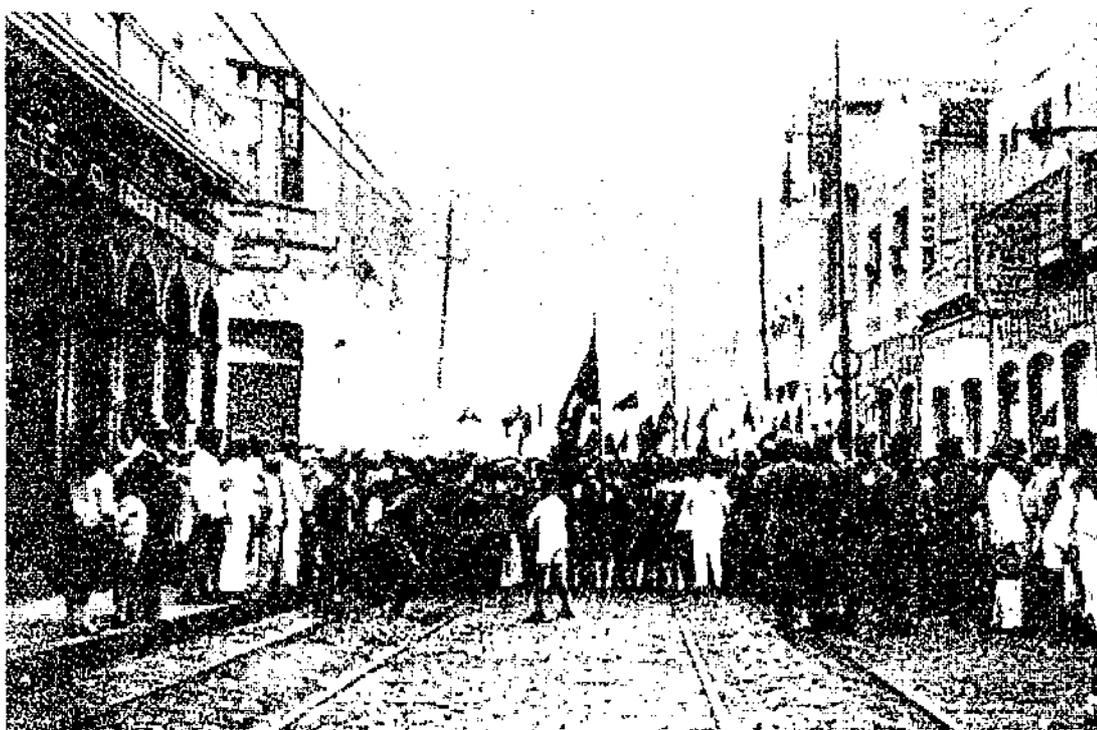
Em Palmeira dos Índios, Ramos encontra o povo da cidade apoiando os vitoriosos revolucionários. No regresso à capital do estado, como arremate da fracassada incumbência, foi preso em São Miguel dos Campos, por um piquete das tropas rebeldes de Agildo Barata.

Conforme relato de sua irmã Marili Ramos: *“Em tais circunstâncias, Heloísa e eu não esperando que ele voltasse vivo, enterramos os originais de Caetés numa lata tampada, em baixo de um pé de sapoti, no quintal de minha irmã Otília. Em Jaraguá.. (...) Detido, (foi) recambiado ao quartel do 20º Batalhão, onde passou uma noite”.* (Garbuglio, 1982, p. 42)

Em 1932 volta a Palmeira dos Índios, após ter se demitido do Cargo de *Diretor da Imprensa Oficial*, com os filhos pequenos e nenhuma esperança, e ali na sacristia da Igreja matriz de Nossa Senhora do Amparo escreveria os

primeiros dezenove capítulos de São Bernardo, romance que seria concluído naquele mesmo ano.

Nesse mesmo ano foi internado no Hospital de São Vicente, da Santa Casa de Misericórdia de Maceió, onde sofreu uma cirurgia em consequência de um tumor localizado na fossa ilíaca. Recebendo alta foi recuperar-se na residência do sogro, na capital alagoana, local em que permaneceu até junho.



Desfile da primeira coluna revolucionária pela Rua do Comércio da capital alagoana.

DIRETOR DA INSTRUÇÃO PÚBLICA DE ALAGOAS

Seus problemas financeiros só foram atenuados, quando em 18/01/33, foi nomeado para o cargo de *Diretor da Instrução Pública de Alagoas*, hoje equivalente ao status de Secretário de Educação, nomeação por ele próprio taxada em depoimento a Joel Silveira, como um “*disparate administrativo que nenhuma revolução poderia justificar.*” (Garbuglio, 1982, p. 52). Infelizmente a escassez de documentos relativos à educação em Alagoas, da fase em que foi a mesma gerida pelo romancista, inviabiliza uma melhor reconstituição.

Conforme Moacyr (1941), o Regulamento da Instrução Pública, de 19 de setembro de 1925, determinava a apresentação ao Secretário do Interior, no fim de cada ano letivo, de um relatório circunstanciado sobre o estado do ensino e dos serviços relativos à Instrução Pública, lembrando medidas que julgassem necessárias à boa marcha e desenvolvimento desses serviços. Extintas, a 7 de abril de 1931, as duas únicas Secretarias existentes, a do Interior e a da Fazenda, foram as mesmas substituídas pela Secretaria Geral do Estado, a esta ficando subordinada a Diretoria da Instrução Pública, até a extinção dessa nova Secretaria de Estado, em 10 de setembro de 1935, quando a aludida subordinação voltou à Secretaria do Interior, restaurada com o nome de Secretaria de Estado e Negócios do Interior, Educação e Saúde, criando-se ainda, uma outra Secretaria, a dos Negócios da Fazenda e da Produção. Mas a despeito da determinação legal, no acervo do Arquivo Público de Alagoas apenas se tem conhecimento de dois relatórios apresentados por titulares da Diretoria da Instrução Pública, um de 1927 e outro de 1928, anos antes da gestão de Ramos.

Segundo Garbuglio (1982), quanto a novos tipos de documentos expedidos na gestão de Graciliano, nos anos de 1933 a 1936, detentores de informes essenciais, esclarecedores, acerca do sistema educacional, poucos chegaram aos dias atuais. Haja vista que o mais importante relato conhecido, e o de maior abrangência, respeitante à educação no Estado, naquele período de quatro anos, denominado “alguns números relativos à instrução primária em Alagoas”, apesar de escrito pelo titular daquela Diretoria, no caso Ramos, não teve conotação oficial. Foi divulgado em setembro de 1935, no primeiro número da revista *A Escola*, de Maceió. “O quadro que nos apresentava, há poucos anos, a instrução pública em Alagoas era este: dezena e meia de grupos escolares, ordinariamente localizados em edifícios impróprios, e várias escolas isoladas na capital e no interior, livres de fiscalização, providos de material bastante primitivo e quase desertas. As professoras novas ingressavam comumente nos grupos; as velhas ficavam nas escolas isoladas, longe do mundo, ensinando coisas absurdas. Salas acanhadas, palmatórias, mobília de caixões, santos nas paredes em vez de mapas,” esclarecendo que “em 1932 eram assim as escolas rurais, as distritais e também grande parte das urbanas.” A seguir revela: “Depois da revolução de 1930 adotaram o sistema de criar grupos escolares no papel, nomeava-se o corpo docente e depois se procurava uma casa”, adiantando que “em Palmeira dos Índios existia um desses, pessimamente instalado no prédio da Prefeitura. Mobília nenhuma. Cada aluno levava sua cadeira, cada professora adquiria uma banca”.

O tipo de escola no período em que Ramos atua como Diretor da Instrução Pública eram chamadas de “cadeiras isoladas”; as professoras viviam longe do mundo, ensinando coisas absurdas. Toma-se conhecimento através do autor de uma outra face da história, e das vicissitudes constantemente enfrentadas pelo professor de cadeira isolada, porque, ao contrário daquele que

atuava em grupo escolar, na cidade, no convívio dos colegas, lecionando em classes homogêneas de quarenta alunos, sendo que na escola rural o mestre era isolado dos próprios colegas, só, no ermo do sertão ou do mato, ou da praia, sem luz, sem teto, sem água, sem jornais, sem notícias, sem livros, fora das coisas pedagógicas modernas, obrigado à comprar e transportar móveis de uso pessoal; o trabalho pedagógico era feito sem pena, tinta, papel, giz, mapas geográficos e escolares, quadro negro e outros materiais indispensáveis, a ensinar grupos heterogêneos de educação, de instinto, de instrução, revoltados muitos contra o ensino, maltrapilhos, descuidados, acumulando demasiadamente o trabalho do professor.

Aos poucos, no entanto, as escolas públicas alagoanas, inclusive as que funcionavam precariamente em salas pequenas, registra o então Diretor da Instrução Pública de Alagoas, *“onde as crianças não tinham nenhum conforto e se privavam dos objetos indispensáveis ao estudo, iam desaparecendo”* (Garbuglio, 1982, p. 74). Dez delas haviam sido fechadas na capital, em 1934, substituídas por dois grupos escolares que empregavam 19 professores, devendo-se acrescentar, a esses informes, a reforma do grupo de Penedo e a conclusão da Pedra (hoje Delmiro Gouveia). No ano seguinte, em 1935, até setembro, ocorrera a criação de grupos em Atalaia, Murici, Pão de Açúcar e São José Lage. Mas os decretos relativos a esses estabelecimentos, observava Graciliano, *“foram escritos depois de construídas e mobiliadas as casas”*. E para o mesmo ano de 1935 informava a construção de mais oito grupos escolares que traria o desaparecimento de mais de 36 escolas isoladas.

Uma tentativa de melhoria do nível do ensino, ocorrida durante a passagem de Ramos pela pasta da Educação em Alagoas, merece maiores apreciações. Desde os seus tempos de Prefeito de Palmeira dos Índios, quando criou várias cadeiras de instrução primária no município e submeteu os

candidatos à prova de habilitação, supõe-se que estava consciente de que a escola para ser eficaz dependia fundamentalmente de bons professores. Tomou algumas medidas com o intuito de melhorar o ensino, dentre elas, a proibição do ingresso no magistério público primário de pessoas não diplomadas, exoneração de todas as professoras primárias interinas, a recriação de Juntas Escolares destinadas a propagar e fiscalizar o ensino nas escolas estaduais, municipais e particulares, a supressão do curso para formação de professores rurais nos grupos escolares do interior, criação dos jardins infantis para crianças de 4 a 7 anos.

Em julho de 1933 na presença do Interventor Afonso de Carvalho, Ramos, auxiliares técnicos da Diretoria de Instrução Pública e de outras pessoas, a professora Irene Garrido deu início à distribuição de roupas e calçados a 400 crianças pobres recentemente matriculadas no grupo escolar que dirigia. Tal atitude permitiu elevar as matrículas programadas naquele estabelecimento de ensino freqüentado em sua maioria por crianças pobres, filhos de pescadores da região localizada em Pajuçara.

Na gestão de Ramos como Diretor de Instrução Pública ainda houve uma nova distribuição de roupas; além de tecidos, calçados, materiais escolares, carteiras duplas destinadas aos grupos escolares e crianças carentes do interior do estado

A despeito da inexistência de documentação oficial a respeito de muitos dos fatos marcantes ocorridos durante a permanência de Graciliano Ramos na Diretoria da Instrução Pública, conforme Garbuglio (1982), de alguns se tem informação através de Órgão da Imprensa da época. É o caso, por exemplo, da introdução, nas escolas primárias alagoanas, do livro *Aventuras de Hans Staden*, de Monteiro Lobato, que havia sido recentemente lançado em São Paulo.

Outro fato que merece destaque é a distribuição sistemática de merenda a escolares alagoanos no período em que Ramos esteve como titular da pasta de Instrução Pública; não há registros de tal atividade na imprensa oficial local tampouco em documentos do referido órgão. Esta informação, conforme Garbuglio (1982) foi propagada por pessoas com quem Ramos trabalhou na época.

Durante os anos em que permaneceu à frente da pasta da Educação, Ramos chegou a pertencer a duas diferentes organizações político-partidárias, algumas das várias que, em todo o Brasil, a nível estadual proliferaram no período anterior à Revolução de 1930. Uma delas foi o Partido Nacional, criado em Maceió em 1933 e o Partido Democrata que o conduziu, anos antes, à prefeitura de Palmeira dos Índios.

O mundo do qual participava o escritor em 1937 tinha uma densidade populacional de quarenta e sete habitantes por quilômetro quadrado no pequeno Estado de Alagoas, cuja extensão geográfica é de apenas vinte e oito mil quilômetros quadrados. Esse número excessivo de pessoas, ainda hoje, é uma das causas que marcam, em geral, a pobreza acentuada do Nordeste. Com uma produção agrícola diversificada e uma indústria atrasada, a população vivia ordinariamente pobre e passando mal. A agricultura se desenvolvia à base de processos rotineiros, desprovidos de qualquer suporte tecnológico. A indústria, quando existente, era demasiado precária. O nordeste, totalizando a quinta parte da população brasileira, carecia antes de tudo de uma administração competente e atuante no seu planejamento político-econômico.

De 1931 a 1937 os movimentos políticos, de orientação diversa, se mobilizaram e, em muitos casos, se radicalizaram.

A Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento criado para combater os setores conservadores, compreendia militares (ex-tenentes

reformistas), comunistas, socialistas, liberais, líderes sindicais. Esse movimento foi aos poucos conquistando as massas populares e começou a inquietar o governo que decidiu proibi-lo, com a aprovação da Lei de Segurança Nacional em 1935.

Os membros mais radicais desse movimento fizeram uma tentativa revolucionária, dirigida por Luís Carlos Prestes, então ligado ao Partido Comunista, em 1935 — a chamada “Intentona Comunista” — que fracassou, tendo seus líderes perseguidos ou presos e dando origem à decretação do estado de sítio em todo território nacional.

Em Alagoas a Intentona vai surgir no final do ano de 1935 e com ela decretada a prisão de muitos envolvidos que são inocentados pelo Juiz Federal. Na manhã de 2 de março, vindo do Recife onde comandava a 7ª região militar, chegava o general Newton Cavalcanti alagoano de Palmeira dos Índios que indagado sobre sua vinda responde que veio defrontar o povo de Alagoas pela infâmia a que sacudiu o Juiz Federal absolvendo os criminosos confessos do mais revoltante crime contra a pátria, referindo-se ao comunismo. E ordena a prisão de todos os que haviam sido libertados dias antes.

Em 1936 Ramos é demitido do cargo de Diretor da Instrução Pública de Alagoas. A respeito de sua demissão o Jornal maceioense *A Província* cumprindo ao pé da letra o seu papel de delatar a todos os que não comungassem seu ideário político — o integralismo publica uma matéria na qual constava que o governo lavrara a demissão de Graciliano Ramos por não haver mais dúvidas da participação desse elemento na propaganda das idéias comunistas em Alagoas.

PRESO POLÍTICO

Os acontecimentos que culminaram com a prisão de Ramos em março de 1936, ao contrário do que muitos supõem, não ocorreram numa quadra de um governo ditatorial, mas sim num período de exceção, de iniqüidades, durante a chamada Segunda República.

O romancista é solto em julho de 1937 após uma permanência na prisão pelo espaço de mais de um ano. O movimento visando sua libertação foi liderado pelo amigo José Lins do Rego, sua mulher Heloísa e do Sr. Sobral Pinto, advogado praticante do catolicismo e ferrenho adversário do comunismo, mas tantas vezes defensor, gratuito de militantes de esquerda, a exemplo de Luís Carlos Prestes.

Getúlio Vargas dá início, em seu governo à implantação de uma política populista e paternalista em relação às massas trabalhadoras.

O medo do comunismo foi incentivado não apenas pelo governo e pelos elementos tradicionalistas, em particular a Igreja, mas também por liberais que se opunham a qualquer forma de totalitarismo. Vargas aproveitou-se desse clima e, sob pretexto de combater o comunismo e manter a integridade do país, deu o golpe de 1937, instituindo o Estado Novo, um Estado totalitário, centralizado nas mãos do executivo federal, com o desaparecimento do sistema representativo.

As classes dominantes — os fazendeiros, a burguesia industrial e comercial — apoiaram o novo governo, do qual dependiam para seus projetos econômicos. Como assinala Basbaum (1987, p. 114), “1937 foi um período de transição no processo histórico em que, derrubada a aristocracia rural do café, não havia ainda uma classe ou grupo de classe suficientemente forte para substituí-la”.

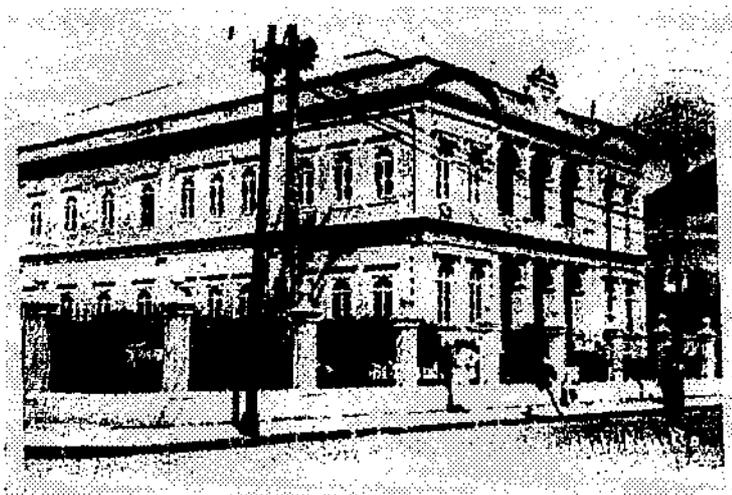
Os primeiros anos do governo ditatorial de Vargas foram marcados por uma tendência favorável à ideologia fascista, manifestando simpatias abertas pelos regimes nazi-fascistas europeus. Os integralistas não enfrentaram por parte desse governo a hostilidade que fora reservada aos comunistas; ao contrário, eram vistos com certa simpatia, quando não, como eventuais parceiros. Só foram perseguidos depois de entrarem em conflito aberto com Vargas.

INSPETOR FEDERAL DE ENSINO SECUNDÁRIO

Em 1939 Ramos foi nomeado Inspetor Federal de ensino Secundário, junto a ginásio que funcionava no mosteiro de São Bento, do Rio de Janeiro, cargo conseguido por Carlos Drummond de Andrade, na época Chefe do Gabinete do Ministro da Educação, Gustavo Capanema.

Durante o período convencionalmente denominado de redemocratização, o Partido Comunista do Brasil entrou na legalidade em maio de 1945. Nele ingressaria Ramos. Anos depois seria o diretor responsável e proprietário do jornal *Partidários da Paz*, impresso no Rio de Janeiro e publicaria sua autobiografia *Infância*.

Palácio do Governo de Alagoas, em cujas dependências funcionava a Diretoria da Instrução Pública.



ÚLTIMOS ANOS

Em 21 de abril de 1952, Ramos empreende uma viagem à União Soviética e à Checoslováquia, visitando ainda a França e Portugal, regressando doente a 16 de junho seguinte. Gravemente enfermo, viaja em setembro do mesmo ano para Buenos Aires, à procura de melhoras, acompanhado da esposa Heloísa e de Clara, a filha mais nova entre os três do segundo casamento. É operado em 5 de outubro e desenganado pelos médicos retorna ao Brasil dias depois.

Graciliano Ramos viria a falecer no Rio de Janeiro na manhã de 20 de março de 1953. Ao seu lado estavam sua mulher, sua filha mais nova Clara e uma de suas irmãs Anália.



IX- CONCLUSÃO

O mundo a que pertenceu Graciliano Ramos não foi dos melhores, talvez fosse até pior, em termos de educação familiar e escolar. Se eram despreparados os mestres que ensinavam, se as condições do lugar eram precárias, a condição de que participou o memorialista certamente não compunha a média comum das escolas deficitárias interioranas. A denúncia desse mundo esquecido, acrescida aos traumas da péssima educação familiar, levou-o a exceder-se quanto à generalização do ensino primário nas longínquas cidades interioranas, quando se sabe que havia mestres devotados inteiramente à causa do ensino, muito embora lhes faltasse o conhecimento e metodologia adequados, fatores estes muito freqüentes na maioria das cidades de pequena e média população da época.

Esse exagero de generalização se estendeu também à referência que faz quando alude à austera educação dada pelos familiares. Essa lembrança constante leva o autor a afirmar seu desejo de escrever um livro que relatasse a “bárbara educação nordestina”, como se a sua família realmente despreparada e barbaramente criada fosse o padrão médio do tipo de educação que vigorasse pelo Nordeste. Ainda quanto à educação recebida no lar, o próprio autor mostra a contradição das suas afirmações quando relaciona os cuidados que eram dispensados à prima Emília, pelos familiares desta, bem estabelecidos economicamente. Comparando o tratamento recebido pela prima com os modos com que sua mãe o tratava, denuncia o desnível social e educacional que já se notava até dentro do círculo de parentes.

Embora o ensino nas zonas rurais não tivesse merecido um apoio oficial, estadual ou municipal efetivo, os debates em torno de suas funções

começaram já no segundo decênio deste século. Esses debates foram sobretudo provocados pelo crescente êxodo rural, cuja responsabilidade se atribuiu à escola, seja por parte dos governantes como também de educadores. Consideravam que a escola rural, ao invés de levar à fixação do homem à terra, transmitia valores urbanos e um desprezo pela vida do campo. Pretendia-se assim atribuir à escola rural uma função que não lhe cabia, pois a fixação do homem à terra dependia, de fato, das suas condições de vida e trabalho e que eram em sua maioria más; e não de discursos ou práticas educativas isoladas. Não há dúvida de que as professoras que exerciam o magistério nas zonas rurais vinham de meios citadinos e representavam, na sua maneira de ser, de se vestir, de falar, os valores urbanos e, salvo raras exceções, almejavam transferir-se para as escolas urbanas desde que isso lhes fosse possível. A ação educativa que desenvolviam não era de fato adaptada à clientela e aos interesses rurais, nem visava a exaltar as “vantagens” da vida no campo.

Além dessas posições, havia os que não apoiavam a idéia de que a população rural se desinteressava da escola. O que essa população recusava e criticava era a escola de má qualidade, com professores mal preparados, a distribuição geográfica das escolas rurais, obrigando as crianças a fazerem um esforço enorme para frequentá-las. De qualquer forma, a falta de escolas já era suficiente para explicar em grande parte o número de crianças fora da rede de ensino. *“Para o diabo todas as professoras analfabetas que há por aí.”* (Ramos, [1981], p. 38)

A imagem guardada a respeito da escola corresponde para Ramos a de uma prisão. O sentido de encarceramento orgânico é patente nessas recordações. Considerando injusta a resolução dos pais de o matricularem numa escola, o protagonista traduz o sentimento de culpa que o dominava, ao se julgar réu de possíveis atos cometidos e condenáveis. É o que se expressa

ao caracterizar a **cadeia** infantil que lhe estava destinada: “*Procurei, na consciência, desesperado, ato que determinasse a prisão, o exílio entre paredes escuras*” (Ramos, 1993, p. 114). Pelo que se observa, as noções de “exílio” na prisão é delineado pelas “paredes escuras”. Esse cárcere infantil é o primeiro pólo da simetria a ser configurada com o do cárcere adulto.

Conforme Garbuglio, em 1939 na revista *O Cruzeiro* é editada uma reportagem escrita por João Condé, rica em informes a respeito do começo da formação literária de Ramos, foram citadas nesta reportagem obras lidas por Ramos: O Guarani de José de Alencar, Defoe, Cervantes, Pérez Escrich e Swift. Aos 15 anos suas preferências literárias inclinavam-se por Gorki e após haver cursado, em 1905, em regime de internato o educandário de Maceió, Colégio 15 de Março, Graciliano volta a Viçosa tornando-se leitor de Balzac, Dostoievski, Zola e Eça de Queirós. Segundo entrevista concedida pelo próprio Ramos, ele demonstra seu entusiasmo por Tolstoi, porém, em 1987, seu filho Ricardo Ramos reportando-se a essa entrevista ajuntou saber que o entusiasmo do pai pela literatura russa “*ia além de Tolstoi e Dostoievsk, demorando-se em Gogol, Tchecov, Andreiev e Gorki*”(Garbuglio, 1982, p.97)

A amargura do autor retratada na obra *Infância*, segundo ele, é conseqüência da falta de carinho, da incompreensão, da educação e disciplina impostas pelo medo e da péssima qualidade de sua educação escolar.

Esses fatos podem ter colaborado para o lento processo de aprendizagem e podem ter determinado um indivíduo introspectivo e pessimista que sempre procurou justificar os seus fracassos nas atitudes de outrem; podemos dizer que o romancista superou alguns desses problemas enfrentados por ele na infância baseando-nos na vasta relação de obras e

autores que veio a conhecer e também pelo conhecimento de sua própria obra que sempre primou pela imposição correta da língua portuguesa.

As obras lidas pelo autor em sua adolescência marcaram um período de intenso prazer, pois em momentos de tensão ele se deslocava até a biblioteca do tabelião Jerônimo Barreto e viajava prazeroso nas aventuras de condes e condessas, salteadores e mosqueteiros. Esquecia Zola e Victor Hugo, desanuaviava-se.

O adulto em que o menino Ramos se transformou trouxe consigo todos os momentos da infância; os medos, a insegurança, a introspecção, as viagens através das personagens dos livros, os amigos, os livros e o Nordeste que muitas vezes se mistura à personalidade do adulto-criança.

BIBLIOGRAFIA

ABDALA JÚNIOR, Benjamin, 1943 - **A Escrita Neo-realista: Análise Sócio-estilística dos Romances de Carlos de Oliveira e Graciliano Ramos**. São Paulo: Ática. 1981 (Ensaio ; 73).

AMARAL, Aracy. **Artes Plásticas na Semana de 22**. São Paulo: Perspectiva, 1979

AZEVEDO, Fernando de, **A Cultura Brasileira – Introdução ao Estudo da Cultura Brasileira no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República** 4ª edição - de 1889 a 1930. São Paulo: Alfa-Omega, 1975- 76 --.

—, Leôncio. **História Sincera da República**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975-76 – 5ª edição Das origens a 1889.

BLOCH, Marc, **Introdução à História** - Coleção Saber - Publicações Europa América

- BOSI, Alfredo. **História Concisa da Literatura Brasileira**, VII Pré-Modernismo e Modernismo, São Paulo: Editora Cultrix, pp. 339; 422
- CÂNDIDO, Antônio – **Graciliano Ramos Trechos Escolhidos** - Coleção Nossos Clássicos, São Paulo, Livraria Agir Editora, 1961 - p. 15
- CARDOSO, CIRO FLAMARION S., **Uma Introdução à História, Os Passos da Pesquisa Histórica**, Coleção Primeiros Vãos, São Paulo: Brasiliense-3ª Edição, 1983, p.p. 73; 101
- CRISTÓVÃO, Fernando Alves. **Graciliano Ramos: Estrutura e Valores de um Modo de Narrar**. Brasília: INL, 1975
- FARACO, Carlos Emílio e Moura, Francisco Marto de. **Língua e Literatura**, São Paulo: Editora Ática, 1992 - vol.02 - Segundo grau
- GARBUGLIO, José Carlos BOSI, Alfredo FACIOLI, Valentin. **Graciliano Ramos Antologia e Estudos**, São Paulo: Ática, 1982 – Coleção Escritores Brasileiros,.
- GIL, Antonio Carlos, **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, São Paulo: Atlas, 1987.
- GUIMARÃES, J. Ubireval Alencar, 1944 – **Graciliano Ramos e a fala das Memórias**. Maceió: Ediculte/Seculte, 1987, 306 p.
- KRAMER, Sônia – **Por Entre as Pedras: Arma e Sonho na Escola** – São Paulo: Editora Ática, 1993
- LARROYO, Francisco. **História Geral da Pedagogia**, São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1970.
- MOACYR, Primitivo. **A Instrução e as Províncias** (Subsídios para a história da educação no Brasil) 1834 – 1889, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- MOACYR, Primitivo. **A Instrução e a República**, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

- LE GOFF, Jacques, comp – **História: Novas Abordagens**, direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora , Livraria Francisco Alves Editora S. A , 1988, pp. 132; 143.
- PINEAU, Gaston. **Vidas e Histórias de Vida**. Montreal, Editora Saint Martin, 1983 Tradução: Sevane M.C.C.Pinheiro, M.Carolina F. Castilho, Lucila S. Arouca.
- RAMOS, Graciliano. **Cartas**, 1892 – 1953. Rio de Janeiro: Record, <1981>
- , Graciliano. **Infância**; posfácio de Octávio de Faria, ilustrações de Darcy Penteado, 27^a ed. Rio de Janeiro: Record, [1945], 1993
- , Graciliano. **São Bernardo**, Rio de Janeiro: Record, 1989
- , Graciliano. **Vidas Secas**, Rio de Janeiro: Record, 1980
- RIBEIRO, M.Luís Santos. **História da Educação Brasileira – A Organização Escolar**, 1979 – Cortez & Moraes, São Paulo.
- SAVIANI, Dermeval. **Do Senso Comum à Consciência Filosófica – São Paulo**: Cortez Editora: Autores Associados, 1991.
- TEIXEIRA, Anísio Spinola, **Educação no Brasil - Companhia Editora Nacional - São Paulo: Coleção cultura, sociedade e educação 1969 – pp. 386; v.3**
- VIANA, Vivina de Assis - **Graciliano Ramos, 1892 - 1953 - Seleção de textos, Notas, Estudo Biográfico, História e Crítica por Viana, Vivina de Assis II - 2. Ed. - São Paulo: Nova Cultural, 1988 (Literatura Comentada).**
- WEREBE, M. José G., **Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil**, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968